

PORTE PAGO  
DTR/PR  
ISR - 48 - 420/87

# Análise Conjuntural

**IPARDES**

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

**IPARDES**  
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
Curitiba, v.28, n.09-10, p.1-48, setembro/outubro 2006

## SUMÁRIO

### GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

### SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

NESTOR CELSO IMTHON BUENO - Secretário

### IPARDES

JOSÉ MORAES NETO

*Diretor-Presidente*

NEI CELSO FATUCH

*Diretor Administrativo-Financeiro*

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

*Diretora do Centro de Pesquisa*

SACHIKO ARAKI LIRA

*Diretora do Centro Estadual de Estatística*

THAÍS KORNIN

*Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

### ANÁLISE CONJUNTURAL

GILMAR MENDES LOURENÇO (*editor*)

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor assistente*)

### Equipe

AGEMIR DE CARVALHO DIAS (*Sociólogo*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

CAROLINA MARTINS

LEONARDO MARCON WEBER

MONIQUE LOVERA PASTRO

(*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários*)

### EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO

(*normalização bibliográfica*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA

(*edição eletrônica*)

### IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento  
Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: [ipardes@ipardes.gov.br](mailto:ipardes@ipardes.gov.br)

**Permitida a reprodução total ou parcial desta  
publicação, desde que citada a fonte.**

A reeleição de Lula e a economia <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
As exportações brasileiras e a conjuntura internacional <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	7
Arcação econômica da lei das micro e pequenas empresas <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	9
O pacote de incentivos à construção civil <i>Guilherme Amorim</i>	11
Oportunidades e desafios da economia paranaense <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	13
Infra-estrutura do Paraná: potencialidades e rumos <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	15
A inserção das mulheres responsáveis nos domicílios no mercado de trabalho <i>Sachiko Araki Lira</i>	17
Paraná – Destaques Econômicos <i>Guilherme Amorim, Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro</i>	23
Economia Paranaense Indicadores Selecionados	30

# A reeleição de Lula e a economia

---

Gilmar Mendes Lourenço\*

---

A reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, antecipada por todas as pesquisas realizadas por diferentes institutos no curso do calendário eleitoral, é decorrência, de acordo com a interpretação oficial e dos meios especializados, do êxito da política econômica do governo federal, servindo inclusive para fomentar a retórica agressora da racionalidade e/ou distante da realidade, no transcorrer da campanha, centrada em expressões do tipo “o melhor governo em quatro séculos de história”, “o salvador do País”, “o maior crescimento”, dentre outras.

No entanto, as estatísticas desmentem o ciclo de bonança desenhado por mercados e autoridades e revelam arrefecimento da recuperação dos níveis de atividade, reproduzido no medíocre crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – e conseqüente perda de participação relativa do País no mundo –, nas elevadas taxas de desemprego e de inadimplência, dentre outros ingredientes de uma conjuntura desfavorável que, inclusive, ocasionou a ultrapassagem do Brasil pelo México e Turquia na recente reestruturação do sistema de cotas e de votos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A variação do PIB brasileiro para 2006 está projetada em 3,0%, contra previsão de 5,0% para a média latino-americana, realizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), e 4,0% para a economia mundial. Estimativas da consultoria Austin Rating, feitas com dados da Cepal e do FMI, revelam que, dentre os latino-americanos, o Brasil apresentará em 2006, pelo segundo ano consecutivo, expansão do PIB superior apenas à do Haiti, que deve crescer 2,3% em clima de guerra civil. Mais que isso, a insolvência (atraso de pagamentos superior a 90 dias) atingiu 9,8% da carteira de crédito dos bancos brasileiros no segundo trimestre de 2006, contra 9,4% nos primeiros três meses do ano, 8,8% em 2005 e 9,7% em 2004.

Mesmo a alteração de sinal nas contas externas, atestada pelo superávit em contas correntes de 1,6% do PIB em doze meses até agosto de 2006, deve ser interpretada com cautela, por ser fruto do forte aumento da demanda e dos preços internacionais das *commodities*. Em igual intervalo, os investimentos diretos estrangeiros (IDEs), conhecidos como capitais de risco, atingiram menos de US\$ 7,0 bilhões, ou 0,8% do PIB, o menor patamar desde a instituição do regime de flutuação cambial em janeiro de 1999, motivado pela carência de uma estratégia de longo termo para o País,

e bastante aquém dos níveis chineses, indianos e chilenos, superiores a 3,0% do PIB.

A esse respeito, dados da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) revelam que o Brasil despencou da 10ª para a 14ª posição no rol das 15 nações que mais atraem IDEs no mundo entre 2004 e 2005, ficando à frente apenas da Rússia. Segundo a referida agência, a apreciação cambial e a reduzida expansão da economia brasileira estariam marginalizando o País na presente onda mundial de impulsão dos IDEs.

Nesses termos, a indagação pertinente residiria na magia explicativa do apoio dos brasileiros votantes ao candidato à reeleição, a despeito do panorama de desaceleração da economia, observado desde o final de 2005 e acentuado a partir do segundo trimestre de 2006, e do reaparecimento de sinais evidentes de desmandos administrativos e desvios éticos envolvendo a administração petista.

A resposta estaria na combinação entre comportamento social e lógica econômica. Do lado da mensuração dos fenômenos atrelados às posturas da população, é fácil perceber o forte fascínio exercido pelo candidato Lula (e daí o seu predomínio nas preferências eleitorais) sobre as categorias menos agraciadas no conflito distributivo, sobretudo aquelas inseridas na faixa de remuneração inferior a dois salários mínimos.

Em paralelo, o opositor Alckmin exibiu vantagem apenas nas classes de renda média e alta, produzida com a ênfase conferida às insinuações ainda rarefeitas de implementação de um choque de gestão, à imagem e semelhança das práticas adotadas durante os quase doze anos em que esteve presente no governo de São Paulo. Já as idéias contidas na nova onda de reformas microeconômicas, consideradas equivocadamente como componentes de uma versão atualizada do “choque de capitalismo” – sugerido pelo candidato à Presidência da República Mário Covas em 1989 –, não consensual no

---

\* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação: A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

interior do próprio Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), deveriam ficar para negociações *a posteriori*.

Esse último ponto decorre do fato de as recomendações centradas na intensificação da abertura comercial e financeira, na reforma da legislação trabalhista, na liberalização plena dos fluxos de capitais, na diminuição dos créditos direcionais por bancos públicos, no ajuste fiscal de longo prazo, nas privatizações antecedidas por instituição de adequada regulação e de eficientes instrumentos de defesa da concorrência, dentre outras, ainda serem consideradas tabus para as correntes de centro-esquerda do PSDB, notadamente depois das experiências de metamorfose ideológicas ocorridas com Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula.

Do lado econômico, o entendimento das opções por Lula pode ser obtido por intermédio do exame dos efeitos do tripé formado por câmbio apreciado, Programa Bolsa-Família e reajustes reais do salário mínimo, com desdobramentos positivos sobre a massa de rendimentos e o potencial de consumo da população mais pobre, conformando vigorosos elementos de uma cesta de bondades.

Isso porque, a produção de permanente defasagem cambial pela política de atração de capitais especulativos, viabilizada pela prática de juros reais elevados (bastante superiores à remuneração do capital de risco), sufoca as pressões inflacionárias devido ao incremento das importações e ao barateamento dos preços dos produtos da cesta básica e, por extensão, ao aumento do poder de compra da população, ocasionado quando da conversão doméstica da precificação internacional daqueles produtos, em clima de dólar depreciado e real sobrevalorizado.

Para complementar o coquetel econômico, a transferência direta de renda implícita no Bolsa-Família, desvinculada da formulação e adoção de estratégias consistentes de geração de emprego e renda e de abrandamento estrutural das mazelas sociais, e a expansão das despesas governamentais e da oferta de crédito consignado possuíram a capacidade de assegurar uma densidade eleitoral superior a 40 milhões de votos.

No fundo, o comportamento da administração Lula reproduz a maximização do processo de alianças estratégicas celebradas entre os governos e a população mais pobre, amparadas por distintas políticas de rendas e/ou de drástica redução do imposto inflacionário para patamares anualizados inferiores a um dígito.

Esse procedimento representou uma das características da orientação econômica em época de redemocratização do País, que foram inauguradas na gestão do presidente Sarney, em fevereiro de 1986, com a edição do Plano Cruzado e a elevação dos salários reais, e continuadas por Fernando Henrique Cardoso, mediante a recuperação da demanda reprimida e o resgate da noção de valor proporcionadas pela Unidade Real de Valor (URV), criada em março de 1994 e transformada em nova moeda (o real), em julho do mesmo exercício.

Por essas razões, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda do trabalhador

brasileiro aumentou 4,6% em 2005 em relação a 2004, depois de dez anos consecutivos de perdas, fazendo o índice de Gini (indicador de desigualdade) recuar de 0,547 para 0,544, atingindo o menor patamar desde 1981, sendo 0,673 em 1995. Ainda assim, o rendimento do trabalho situou-se mais de 15,0% abaixo do registrado em 1996.

É inegável a influência expressiva das transferências públicas e das majorações reais do SM na atenuação das mazelas fora e dentro do mercado de trabalho no Brasil. Mas, enquanto o SM constitui fator essencial para a multiplicação de mercados para diferentes atividades, as ações sociais devem ser encaradas como tópicos, ou elementos de hospedagem dos excluídos para a passagem ao balcão das oportunidades de ocupações derivadas do crescimento econômico.

A retaguarda desse processo residiria em estratégias governamentais de educação, capacitação profissional, saúde e habitação em ambientes de acirramento da competição pelos recursos públicos por diferentes segmentos da sociedade, representando, de forma legítima, os interesses dos trabalhadores, desempregados e empresários.

Incursões mais aprofundadas sobre os dados da PNAD permitem constatar avanços pífios no processo de desconcentração da renda no Brasil. Em 2005, os integrantes do cume da pirâmide social (os 10,0% mais ricos) auferiam rendimento médio mensal 42 vezes superior ao recebido pelos componentes do piso (os 10,0% mais pobres, ou o público-alvo das políticas sociais compensatórias), contra 44 vezes em 1995.

Outro sinalizador da concentração de renda pode ser encontrado em estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo (USP). Este demonstra que a sangria derivada da pressão exercida pela carga de impostos, entre 1996 e 2004, atingiu de forma mais intensa a população mais pobre, em decorrência principalmente da incidência dos itens indiretos sobre os rendimentos, especialmente IPI, ISS, ICMS, Cofins, PIS, entre outros representativos de uma classe "invisível" e/ou pouco perceptível no fluxo de caixa das famílias.

Tanto é assim que a parte da sociedade com renda mensal inferior a dois SM observou elevação do peso dos tributos de 28,2% da renda, em 1996, para 49,0% em 2004, enquanto para a faixa de rendimentos acima de 30 SM a carga passou de 17,9% para 26,3% no mesmo período. O mais gritante, porém, é que a atual carga de quase 40,0% do PIB estaria cerca de quinze pontos percentuais acima da aplicada a países com renda *per capita* similar à brasileira (cerca de US\$ 3.500,00 por ano).

Assim, é lícito argumentar que as retiradas adicionais de recursos da esfera privada serviram de amparo aos crescentes saldos fiscais primários em circunstâncias de acréscimo das despesas correntes, notadamente as previdenciárias, acopladas ao envelhecimento da população e à estratégia de recomposição do poder aquisitivo do SM.

Cálculos realizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontam queda no grau de pobreza (percentual da população com rendimento *per capita* mensal inferior

a R\$ 121,0 por mês) no Brasil de 28,2% da população, em 2003, para 22,8% em 2005, o menor nível desde 1992, em consequência da ampliação dos patamares de emprego e renda, da oferta de benefícios sociais, da elevação dos dispêndios previdenciários e dos reajustes reais do salário mínimo. Mas, mesmo tendo recuado 24,3% e 14,8% entre 1994 e 2002, e 2003 e 2005, respectivamente, essa categoria ainda hospeda cerca de 42,6 milhões de pessoas.

A par disso, as classes dominantes do País procuram consolidar um arsenal de preservação e expansão de defesa de seus interesses, pleitos, renda e patrimônio em duas instâncias superiores: o Banco Central, representante da elite financeira nacional e internacional, e o Congresso Nacional, encarregados da representação dos heterogêneos, e por vezes pulverizados, desejos da fração dominante do tecido social. Em decorrência disso, o governo brasileiro contabiliza quase R\$ 160,0 bilhões por ano na conta de juros, dos quais cerca de 70,0% beneficiam somente 20 mil famílias, protegidas pela transformação do caixa das empresas em poupança financeira.

---

*Se a aliança hegemônica não for rompida, o prosseguimento das iniciativas assistencialistas poderá esbarrar em alguns fatores de risco*

---

Se essa aliança hegemônica não for rompida no próximo mandato presidencial, mesmo considerando a ausência de condições políticas mais adequadas, o prosseguimento das iniciativas assistencialistas em um cenário de recuperação do crescimento econômico poderá esbarrar em alguns fatores de risco exógenos e endógenos.

Pela ótica das tensões externas afloram três componentes. O primeiro deles reside na interrupção da mais expressiva marcha de crescimento da economia mundial das últimas três décadas, determinada pela provável diminuição de ímpeto dos Estados Unidos (EUA), em função da depreciação dos ativos imobiliários e da ampliação das dificuldades de financiamento do déficit externo daquele país (estimado em US\$ 800,0 bilhões/ano), e da inversão da curva de juros, com o preço dos títulos de longo prazo menores que os de curto prazo. Este último fenômeno pode ser atribuído à maior previsibilidade da inflação e à pronunciada demanda por papéis americanos proveniente dos bancos centrais asiáticos, dos países exportadores de petróleo e das nações emergentes.

Tal panorama deve implicar impulsão de juros e retração dos fluxos de comércio mundiais e das cotações das *commodities*, não compensada pela assimetria provocada pela expansão de China, Índia e Japão. Lembre-se aqui que a valorização dos imóveis nos EUA chegou a quase 90,0% entre 1997 e 2005, permitindo aos proprietários a obtenção de financiamentos a juros menores.

O segundo elemento equivale ao acirramento de conflitos geopolíticos, particularmente no Oriente Médio, articulado à mudança de patamar dos preços do petróleo.

No *front* das distorções domésticas emergem a falta de equacionamento da crise financeira do agronegócio, segmento responsável pela maior proporção dos saldos comerciais e de postos de trabalho gerados pelo País desde 2003; a precariedade no gerenciamento das finanças públicas, especificamente quanto à impulsão dos dispêndios correntes e à deterioração orçamentária; a interferência dos reajustes reais do SM e a subida do endividamento, em face da contração das disponibilidades financeiras das famílias provocada pelo maior comprometimento da renda ligado à proliferação da modalidade de empréstimos em consignação, atestada pelo declínio das vendas do comércio varejista a partir de junho de 2006.

A elevação dos passivos das famílias pode ser ilustrada pela evolução do estoque de crédito às pessoas físicas em relação à massa salarial, que saltou de 4,6 vezes, em dezembro de 2003, para 8,4 vezes em agosto de 2006. O custo da espécie em consignação atingiu cerca de 35,0% ao ano, enquanto as linhas pessoais ficam em 59,0% a.a. e o cheque especial em 144,0% ao ano. A par disso, as ofertas de curto prazo para as empresas situam-se em 33,0% e 37,0% a.a., respectivamente, para capital de giro e desconto de duplicatas.

Cumprido frisar que a continuidade dos desdobramentos distributivos do Bolsa-Família e do SM (que tem efeito cumulativo) dependerá da ampliação da abrangência e/ou do valor do benefício daquele programa (dado o seu impacto de uma única vez), da evolução da produtividade do aparelho econômico e da atenuação das limitações orçamentárias da União.

Igualmente relevante na frente de constrangimentos internos aparece a atmosfera pouco propícia à elevação do investimento público e privado, em infraestrutura e produção para o mercado internacional, resultado da orientação econômica centrada em juros e tributos elevados e câmbio baixo, incompatível com o ajuste estrutural registrado pelo balanço de pagamentos nos últimos anos, desconectada dos padrões internacionais e sufocadora do setor privado; e a chance concreta de verificação de um apagão logístico, fruto da deterioração do aparato infra-estrutural, regulatório e ambiental brasileiro.

Mesmo depois da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de redução dos juros básicos de 14,25% a.a. para 13,75% a.a., na reunião realizada em outubro de 2006, a taxa real de 9,3% a.a. permanece liderando o certame mundial, à frente da Turquia (6,2%), China (4,8%), Israel (4,3%), Canadá (2,9%), México (2,8%), Cingapura (2,8%), Inglaterra (2,6%), Tailândia (2,5%) e Austrália (2,5%).

O mediocre ritmo de crescimento e a reduzida densidade dos investimentos, prevaletentes no Brasil nas últimas duas décadas, configuram a raiz e o efeito da reduzida expansão da capacidade de produção e da produtividade econômica, resultando no surgimento e propagação de focos inflacionários.

Mesmo porque, mais distante do nirvana acenado por fontes oficiais, os sinais do mercado produtivo dão conta do perigo iminente de os desarranjos setoriais, derivados e/ou aprofundados pela "macroeconomia de controle e não de competitividade" do juro alto e do câmbio

defasado, provocarem tomada de decisões de guinadas nas estratégias das empresas operantes no País, priorizando as preferências defensivas em detrimento das pró-ativas, redirecionando investimentos para espaços econômicos mais competitivos na era da globalização comercial, tecnológica e financeira.

*Os desarranjos setoriais derivados  
e/ou aprofundados pela "macroeconomia  
de controle e não de competitividade"  
provocaram guinadas nas estratégias  
das empresas operantes no País*

É claro que esse tipo de conduta ocasiona prejuízos em cadeia nas redes domésticas de suprimento e de geração de renda e na capacidade exportadora, especialmente de atividades com maior potencial de agregação de valor e de emprego no terreno da fabricação de bens de consumo. A recente conformação de uma tendência de maior elasticidade do consumo em relação ao PIB já seria reveladora do vazamento de produção e emprego para o exterior.

É o caso das intenções da Volkswagen brasileira em negligenciar as vendas externas, responsáveis por quase metade do faturamento da companhia, e deslocar a fabricação do modelo Fox Europa para a Rússia, e da General Motors em comprimir em 1/3 o volume de produção destinado ao mercado externo, além da queda dos níveis de produção, inversão e exportação de segmentos intensivos em utilização de mão-de-obra, como têxtil, calçados, madeira e móveis.

As exceções têm ficado por conta das cadeias beneficiadas pela conjugação entre demanda chinesa e cotações internacionais elevadas, como as *commodities* agrícolas e minerais, especificamente os ramos químico, siderúrgico, mineração e papel e celulose. Tome-se como referência desse desempenho a operação de aquisição, pela Vale do Rio Doce, de 75,66% (US\$ 18,0 bilhões) do capital da mineradora canadense de níquel Inco, o que a tornou a segunda maior mineradora do mundo, atrás apenas da anglo-australiana BHP Billiton. A Vale deve totalizar investimentos de US\$ 4,6 bilhões em 2006, dez vezes superior ao valor aplicado em 1997.

No mesmo raciocínio, estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo constatou que 72,0% de um conjunto de 31 segmentos industriais vêm sendo abalados pela sobrevalorização cambial, experimentando quedas dos preços de exportação em reais (mesclando as trajetórias da taxa de câmbio e das cotações externas) no segundo trimestre de 2006, tendo como base comparativa a média verificada entre 2000 e o primeiro semestre de 2006.

As quedas mais expressivas foram em madeira e mobiliário (-2,1%), calçados (-6,3%), máquinas e tratores (-6,9%), químicos e farmacêuticos e perfumaria (-10,1%), automóveis, caminhões e ônibus, (-10,2%), minerais não-metálicos (-13,5%), têxtil e vestuário (-14,0%), papel e gráfica (-17,0%), óleos vegetais (-18,0%), outros veículos

e peças (-18,3%) e equipamentos eletrônicos (-39,3%). O elenco de atividades fragilizadas representaria cerca de dois terços do valor das exportações brasileiras.

Escaparam da conjuntura negativa os ramos de açúcar, metalurgia, café, extrativa mineral, extração e refino de petróleo e gás e químicos, cujos preços em reais subiram 33,7%, 26,3%, 25,7%, 23,7% e 18,0% e 9,0%, respectivamente, no mesmo período. Em conjunto, essas atividades responderiam por aproximadamente um terço das exportações e menos de 8,0% do emprego industrial do País. Conforme o Banco Mundial, as cotações das *commodities* (em dólares e sem petróleo) observaram incremento de 60,0% entre 2002 e 2006, sendo que as cotações das metálicas e do petróleo variaram 180,0% e 280,0%, respectivamente.

Mais que isso, segundo dados da Consultoria Econômica, se retiradas a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, multinacionais que fabricam produtos valorizados na fronteira internacional, como derivados de petróleo e minério de ferro, os investimentos líquidos em ampliação da capacidade produtiva (exceto o montante destinado à manutenção e reposição de peças e equipamentos) de 231 companhias abertas recuaram de R\$ 83,4 bilhões, entre 2000 e 2002, para R\$ 42,7 bilhões no período 2003-2005.

Esse posicionamento empresarial, contrário à inversão em ativos ligados ao crescimento, também exprime a inclusão, no processo de escolhas estratégicas, de parâmetros que escapam da lógica econômica direta, como a multiplicação e comprovação de denúncias de corrupção, a precarização das condições de segurança pública e a ampliação dos riscos jurídicos.

Com respeito ao item corrupção, pesquisa da entidade Transparência colocou o Brasil em 23º lugar em uma lista de 30 países em um indicador que procura levantar o pagamento de propinas e/ou realização de operações comerciais e financeiras não registradas pelas empresas.

Em sentido análogo, apurações do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) mostram que a rentabilidade (lucro/patrimônio líquido) de uma amostra de 101 companhias industriais caiu para 10,0% no primeiro semestre de 2006, contra 13,9%, 11,6% e 11,9%, respectivamente, no mesmo período de 2005, 2004 e 2003, puxadas pelos ramos de alimentos, siderurgia, material aeronáutico, papel e celulose e química.

A compressão da rentabilidade constitui fator decisivo ao encolhimento dos projetos em ampliação do estoque de capital fixo, especialmente se forem levados em conta a fragilização dos mecanismos de financiamento dos investimentos de longo prazo, a natureza embrionária do mercado de capitais brasileiro e, conseqüentemente, o forte peso dos recursos próprios para a geração de excedentes das empresas. Somem-se a isso a progressividade da estrutura tributária (prejudicial à produção, ao investimento e ao emprego) e a insuficiência de programas de investimento em inovação e educação fundamental (em benefício do ensino superior).

Nesse contexto, mesmo tendo em conta a deterioração fiscal do Estado brasileiro e a necessidade de o setor privado participar mais ativamente da execução

de blocos de inversões pesadas, cumpriria sublinhar que as reduzidas taxas de retorno e o longo período de maturação dos projetos em infra-estrutura e em bens intermediários recomendariam ações públicas diretas ou indiretas (via Parcerias Público-Privadas) de apreciável envergadura.

Curiosamente, o desate desse nó não se afigura tão complicado. Na verdade, a sintonia fina entre empreendimentos públicos e privados poderia derivar da troca da visão conjuntural da gestão econômica, formada pela perseguição da combinação entre metas de inflação (Banco Central), superávit fiscal primário (Fazenda) e recordes de arrecadação (Receita Federal), por ingredientes estruturais de natureza macro e micro.

Do ângulo macro, aflora a premência na diminuição dos encargos da dívida mobiliária do Tesouro (via redução de juros e/ou conversão de passivos do Estado em investimentos, por meio do redirecionamento de recursos para o circuito da produção, sem calotes), no controle dos fluxos de capitais especulativos (proposta de Yoshiaki Nakano, assessor do candidato derrotado no segundo turno das eleições presidenciais), na concretização do ajuste fiscal pelo encolhimento das despesas correntes nas diferentes esferas da administração pública, e no aprimoramento do sistema educacional.

Considerando o reduzido espaço para a realização de cortes mais arrojados nas despesas não financeiras, que subiram de 10,0% dos dispêndios correntes totais em 1991 para quase 19,0% em 2006, devido primordialmente às amarras constitucionais dos benefícios com pessoal, previdência e INSS, é preciso centrar fogo nos componentes financeiros das finanças públicas.

Só a título de ilustração, as despesas com encargos da dívida pública saltaram de 18,8% dos recursos do Orçamento da União, em 1995, para 42,5% em 2005. No mesmo período, os dispêndios com previdência recuaram de 34,0% para 31,0%, e os outros gastos (saúde, educação, saneamento, habitação, energia, segurança, transporte, justiça, cultura, defesa etc.) declinaram de 47,2% para 26,5%.

Do vértice micro, surge o recuo dos juros e dos tributos, para reduzir o grau de apropriação do patrimônio público pela classe dos rentistas, e do rompimento dos pontos de estrangulamento infra-estruturais como elementos indispensáveis à recuperação da rentabilidade dos projetos. A concentração do crédito em poder dos dez maiores bancos atuantes no País saltou de 73,9% para 84,8% do montante total de recursos entre junho de 2002 e junho de 2006.

# As exportações brasileiras e a conjuntura internacional

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*

Nos nove primeiros meses deste ano, as receitas geradas pelas exportações brasileiras totalizaram US\$ 100,7 bilhões, o que representou aumento de 16,1% em relação a igual período de 2005. Esse resultado garantiu um superávit comercial de US\$ 34,0 bilhões no acumulado do presente exercício, aproximando-se da meta de US\$ 44 bilhões fixada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para o ano de 2006, que prevê exportações de US\$ 135 bilhões e importações de US\$ 91 bilhões.

Com a confirmação das projeções, as vendas externas no primeiro mandato do presidente Lula deverão atingir crescimento médio anual superior a 22%, ante uma taxa média de 4,2% ao ano na gestão FHC (1995-2002), conferindo melhores condições de solvência externa à economia do País, comprovadas pelos saldos positivos das transações correntes a partir de 2003.

Todavia, não obstante a notável evolução das receitas do comércio exterior, verifica-se redução do ritmo de expansão das quantidades comercializadas. Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), o *quantum* das exportações nacionais avançou 9,5% em 2005 e 3,1% no período janeiro-setembro de 2006, ficando muito abaixo das taxas anotadas em 2003 e 2004, quando o volume das vendas destinadas ao mercado internacional cresceu 15,6% e 19,0%, respectivamente (tabela 1).

TABELA 1 - VARIAÇÕES DOS PREÇOS E DO *QUANTUM* DAS EXPORTAÇÕES - BRASIL - 2000-2006

ANOS	VARIAÇÕES (%)		
	Preço	<i>Quantum</i>	Valor das Exportações
2000	3,3	11,0	14,7
2001	-3,5	9,6	5,7
2002	-4,8	8,9	3,7
2003	4,7	15,6	21,1
2004	10,9	19,0	32,0
2005	12,0	9,5	22,6
Jan.-Set. 2006 <sup>(1)</sup>	12,7	3,1	16,1

FONTE: MDIC - SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Isso significa que os preços passaram a ser o principal condicionante da ampliação das divisas geradas pelo setor exportador, diferenciando-se da trajetória ascendente das exportações baseada no incremento do *quantum*, observada até 2004. Tanto é assim que o índice de preços das mercadorias exportadas evoluiu 12,0% no ano de 2005 e 12,7% nos nove primeiros meses de 2006, sendo preponderante na determinação das variações positivas das receitas cambiais nos referidos períodos.

Portanto, a continuidade do crescimento das vendas externas brasileiras está cada vez mais atrelada à permanência das favoráveis condições do mercado externo, havendo indesejável redução dos ganhos de competitividade, apontada pela inexpressiva evolução do índice de *quantum* no período recente. Para corroborar o declínio competitivo, o volume das exportações mundiais apresenta expansão da ordem de 9,3% em 2006, de acordo com estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), variação muito superior à registrada pelo *quantum* das exportações nacionais.

Ademais, constata-se relevante contribuição de algumas *commodities* para o aumento do faturamento total do comércio exterior, com destaque para os minérios metalúrgicos, o petróleo e seus derivados, o açúcar e os produtos metalúrgicos. Com a exclusão dessas mercadorias, as receitas relativas às exportações brasileiras atingem elevação de 10,7% no intervalo janeiro-setembro de 2006 (significativamente abaixo das exportações totais), como resultado das variações de 11,1% dos preços e de -0,4% das quantidades comercializadas, o que evidencia a concentração do crescimento das vendas no atual exercício.

A ascensão pouco equilibrada das exportações pode ser comprovada também pela avaliação dos desempenhos setoriais. Em contraposição ao considerável aumento das receitas das indústrias extrativa e petroquímica, derivado das pronunciadas elevações dos índices de *quantum* e preços, as vendas externas dos segmentos de material de transporte e de alimentos e têxteis apresentaram variações apenas razoáveis no período janeiro-setembro deste ano, registrando inclusive decréscimos nas quantidades embarcadas (tabela 2).

\* Administrador, técnico da equipe permanente desta publicação.



Tais resultados demonstram a maior sensibilidade de alguns segmentos em relação à valorização da taxa de câmbio, por conta das elevações não tão acentuadas das cotações internacionais e da limitada apropriação dos ganhos propiciados pela queda dos preços de importação de insumos, conseqüência direta da prevalência dos preços internos nas estruturas de custos. Nesse sentido, a despeito dos inegáveis benefícios em termos inflacionários, não há dúvida quanto aos efeitos negativos da apreciação da moeda nacional sobre a

rentabilidade das exportações de determinados setores, cabendo ressaltar que a taxa real de câmbio no terceiro trimestre de 2006 alcançou o mais baixo patamar desde a implementação do regime de livre flutuação cambial, em janeiro de 1999 (tabela 3).

Diante disso, fica claro que a performance do comércio exterior brasileiro dependerá sobremaneira do desempenho da economia mundial nos próximos anos (o FMI projeta um crescimento de 4,9% em 2007, abaixo da taxa de 5,1% estimada para 2006), especialmente com a manutenção da atual política cambial.

TABELA 2 - VARIAÇÕES DOS PREÇOS E DO QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES, SEGUNDO SEGMENTOS ECONÔMICOS - BRASIL - JANEIRO-SETEMBRO DE 2006<sup>(1)</sup>

SEGMENTOS	VARIAÇÕES (%)		
	Preço	Quantum	Valor das Exportações
Agropecuária, silvicultura e pesca <sup>(2)</sup>	2,4	13,2	15,9
Indústria extrativa <sup>(3)</sup>	24,7	10,8	38,1
Indústria de alimentos, bebidas, fumo, têxteis, confecções e couros <sup>(4)</sup>	15,3	-7,7	6,4
Indústria madeireira, papelaria e gráfica <sup>(5)</sup>	11,7	1,4	13,2
Indústria de derivados de petróleo, álcool, produtos químicos, borracha e plástico <sup>(6)</sup>	17,8	11,7	31,5
Indústria metalúrgica e de produtos de metal <sup>(7)</sup>	8,7	6,4	15,7
Indústria de máquinas e equipamentos, materiais elétricos e eletrônicos e equipamentos de comunicações <sup>(8)</sup>	7,3	4,6	12,2
Indústria de material de transporte <sup>(9)</sup>	9,5	-0,9	8,6
TOTAL	12,7	3,1	16,1

FONTE: MDIC - SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Em comparação ao período janeiro-setembro de 2005.

(2) Inclui as divisões 01, 02 e 05 da CNAE.

(3) Inclui as divisões 10, 11, 13 e 14 da CNAE.

(4) Inclui as divisões 15, 16, 17, 18 e 19 da CNAE.

(5) Inclui as divisões 20, 21 e 22 da CNAE.

(6) Inclui as divisões 23, 24 e 25 da CNAE.

(7) Inclui as divisões 27 e 28 da CNAE.

(8) Inclui as divisões 29, 30, 31, 32 e 33 da CNAE.

(9) Inclui as divisões 34 e 35 da CNAE.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA TAXA REAL DE CÂMBIO - 1º TRIMESTRE DE 1996 - 3º TRIMESTRE DE 2006

PERÍODOS	ÍNDICE <sup>(1)</sup>	PERÍODOS	ÍNDICE <sup>(1)</sup>	PERÍODOS	ÍNDICE <sup>(1)</sup>
1º trim. 1996	100,00	4º trim. 1999	157,42	3º trim. 2003	173,82
2º trim. 1996	98,52	1º trim. 2000	143,68	4º trim. 2003	169,50
3º trim. 1996	97,65	2º trim. 2000	144,92	1º trim. 2004	166,27
4º trim. 1996	98,45	3º trim. 2000	142,15	2º trim. 2004	172,29
1º trim. 1997	98,16	4º trim. 2000	149,44	3º trim. 2004	164,94
2º trim. 1997	98,06	1º trim. 2001	153,69	4º trim. 2004	151,85
3º trim. 1997	99,13	2º trim. 2001	172,06	1º trim. 2005	142,42
4º trim. 1997	100,40	3º trim. 2001	187,21	2º trim. 2005	130,28
1º trim. 1998	100,71	4º trim. 2001	183,66	3º trim. 2005	122,21
2º trim. 1998	101,62	1º trim. 2002	168,78	4º trim. 2005	115,63
3º trim. 1998	104,06	2º trim. 2002	174,70	1º trim. 2006	111,22
4º trim. 1998	106,52	3º trim. 2002	213,44	2º trim. 2006	109,98
1º trim. 1999	154,63	4º trim. 2002	239,13	3º trim. 2006	109,07
2º trim. 1999	146,99	1º trim. 2003	214,07		
3º trim. 1999	156,63	2º trim. 2003	178,25		

FONTES: BANCO CENTRAL, IBGE

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Índice de preços utilizado: IPCA.

# Arcabouço econômico da lei das micro e pequenas empresas

Gilmar Mendes Lourenço\*

Contrariando o comportamento conservador prevalecente no passado recente, a Câmara dos Deputados aprovou, no dia 5 de setembro de 2006, depois de dois anos de tramitação, o projeto de Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (LGMPE) ou, mais precisamente, um grupo de providências voltadas à diminuição de aproximadamente R\$ 5,3 bilhões/ano do fardo tributário e de fração da burocracia, a partir da vigência do preceito legal, carregados por um segmento econômico que abarca mais de cinco milhões de unidades de negócios e responde por cerca de 20,0% do Produto Interno Bruto (PIB) e por quase 41,0% dos postos de trabalho formais do País.

A nova Lei propõe o alargamento do Simples, que, antes, possibilitava às firmas de pequena e média dimensão a troca do recolhimento de seis tributos federais pelo pagamento de uma única obrigação. Os itens federais substituídos foram: o imposto de renda (IR), a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), a contribuição para o financiamento da seguridade social (Cofins), os programas de integração social e de amparo aos servidores públicos (PIS/Pasep), o imposto sobre produtos industrializados (IPI) e a parcela da contribuição da previdência relativa ao empregador.

No escopo da proposta atual, o super-simples passaria a abranger também o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), de competência dos estados, o imposto sobre serviços, cobrado pelas prefeituras, e as obrigações para organismos privados de formação profissional e de serviço social, especificamente o sistema S, que conta com o Sesc e o Senac no Comércio, o Sesi e o Senai na indústria, o Senat nos transportes, o Senar na Agricultura, o Sebrae nas micro e pequenas empresas, e o SESCOOP nas cooperativas. Ademais, a Lei facilitaria o acesso ao benefício às empresas do setor de serviços e a participação das organizações de menor porte nas licitações de aquisições por parte do setor público.

Sem dúvida, o projeto traduz enorme incentivo à intensificação da formalização e à regularização das atividades produtivas desse bloco empresarial e, por extensão, à redução dos respectivos custos contábeis, normalmente acima da média da economia como proporção do faturamento para as médias e micro organizações.

Não seria surpreendente o alcance de receitas tributárias em montantes monetários superiores aos registrados pela renúncia fiscal incorrida, por conta da ampliação da concorrência, em razão da derrubada dos

obstáculos ao ingresso de novas empresas nos diferentes segmentos de mercado alvos do projeto.

O Banco Mundial estima que a informalidade seria responsável por cerca de 40,0% do PIB no Brasil, prejudicando investimentos e restringindo o acesso aos capitais de terceiros pelos empreendimentos menores. Lembre-se aqui que a informalidade traduz uma distorção no funcionamento dos sistemas capitalistas, ocasionada pela combinação entre reduzidos níveis de crescimento da economia e excessiva tributação e regulamentação das atividades produtivas, sobretudo do mercado de trabalho.

O Brasil representa uma espécie de radicalização desse processo, em razão da persistência de taxas de expansão do PIB de cerca de 2,0% ao ano durante os últimos vinte e cinco anos, da vigência de uma legislação trabalhista dos tempos da ditadura do Estado Novo, instituída nos anos 1940, e da maior carga tributária do planeta, particularmente quando confrontada a dimensão da economia do País com a das demais nações desenvolvidas e emergentes.

A carga tributária representa quase 40,0% do PIB no Brasil, enquanto a capacidade de suporte social seria de 24,0%, de acordo com estimativas realizadas por organismos internacionais, corroboradas por instituições nacionais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), baseadas em comparações com países que têm renda *per capita* semelhante, o que provoca pronunciados níveis de sonegação e evasão fiscal.

Essencialmente, o furor tributário atende à necessidade de cobertura do superávit fiscal primário do País, que subiu de 0,3% para 4,8% do PIB entre 1995 e 2005, como parte de uma estratégia de convencimento dos credores do governo acerca do desejo e da capacidade de pagamento da dívida líquida do setor público, que passou de 31,0% para 52,0% do PIB em idêntico intervalo.

Esse conjunto de constrangimentos forçou os agentes econômicos a se refugiarem no que se convencionou chamar de informalidade, ou economia não registrada ou mesmo subterrânea. Só no mercado de

\* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

trabalho brasileiro o segmento informal representa cerca de 47,0% do contingente ocupado, ou mais de 40 milhões de pessoas, se forem incluídos os trabalhadores por conta própria, os sem remuneração e os sem carteira assinada.

A patologia conhecida como informalidade acarreta dois tipos de prejuízo. Em primeiro lugar, emerge o sacrifício de parcela da geração de renda, em razão de abranger atividades com menor produtividade, por conta da falta de proteção institucional. Em segundo lugar, surge o desequilíbrio nas contas públicas, determinado por crescentes fluxos de demandantes de serviços sem a contrapartida de contribuição financeira. Adicione-se a isso o fato de as empresas, independentemente de seus portes, perseguirem a sobrevivência no mercado por meio da adesão integral ou parcial a esse segmento tido como marginal.

### *O Brasil situa-se invariavelmente no "pelotão de baixo" nas avaliações internacionais de competitividade*

Nessas circunstâncias, em se tratando de colocação em avaliações internacionais de competitividade (requisitos estruturais para o investimento e aprimoramento do capital humano), o Brasil situa-se invariavelmente no "pelotão de baixo", inclusive atrás de algumas nações latino-americanas, independentemente dos procedimentos de investigação adotados, da relação de países pesquisados e mesmo dos organismos encarregados dos levantamentos (internacionais, nacionais, públicos ou privados).

Pesquisa recente feita pelo Banco Mundial revelou que o Brasil estaria ocupando o 121º lugar em um ranking de 175 países, conforme a variável "qualidade do ambiente de negócios", liderado por Cingapura, Nova Zelândia, Estados Unidos, Canadá, Hong Kong, Reino Unido, Dinamarca, Austrália, Noruega e Irlanda. Na América do Sul, o Brasil ficaria atrás do Chile (28º), Uruguai (64º), Argentina (101º) e Paraguai (112º).

As apurações e análises do Banco incorporam as dificuldades e facilidades observadas pelos empresários para a abertura e o encerramento de firmas, o registro e transferência de patrimônio, o acesso ao crédito, a burocracia, a excessiva rigidez nas regras e o corporativismo trabalhista, e o cumprimento das regras contratuais em diferentes nações.

Inquérito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) colocou o Brasil em 38º lugar em Índice de Competitividade em um universo de 43 economias estudadas. Na dianteira estariam Estados Unidos, Japão, Noruega e Cingapura, sendo que o Brasil ainda perderia para outros latinos, como Argentina, Chile, Venezuela e México, e estaria à frente apenas de Filipinas, Colômbia, Turquia e Indonésia.

Em linha semelhante, no conceito de competitividade praticado pelo International Institute for Management Development (IMD), organismo de pesquisa europeu, o Brasil figuraria no 51º lugar em uma relação de 60 países. Já na caracterização de competitividade do Fórum Econômico Mundial, sediado em Davos, na Suíça, o Brasil teria caído da 57ª para a 66ª posição em uma lista de 125 nações pesquisadas em 2005 e 2006, com

liderança da Suíça, Finlândia, Suécia, Dinamarca, Cingapura e Estados Unidos.

Segundo o inquérito do Fórum, efetuado junto a 11 mil líderes corporativos (cerca de 200 atuantes no Brasil), os maiores obstáculos à concretização de negócios no País seriam complexidade tributária, nível de impostos, legislação trabalhista restritiva, burocracia e ineficiência do governo, precariedade infra-estrutural e dificuldades de acesso a financiamentos. A melhor performance do Brasil ocorreu no item sofisticação de negócios e inovação (47º posto), e a pior foi constatada em clima macroeconômico (114ª colocação).

Esses diferentes indicadores expressam que a conjugação entre as excessivas cargas de juros, de tributos, de burocracia, de controle estatal, de informalidade, de precariedade na gestão pública, de desobediência de regras contratuais e de deterioração do aparato infra-estrutural vem travando a modernização e a impulsão da competitividade da economia do País, a despeito dos reconhecidos progressos experimentados nos quesitos inflação, abertura comercial, reestruturação industrial, geração de superávits comerciais primários e plena autonomia operacional do Banco Central.

Aliás, segundo cálculos da CNI, o Brasil seria uma das nações com maior grau de abertura externa em um grupo de nove emergentes, quando observadas as tarifas médias de importação cobradas. O País pratica uma alíquota média do imposto de importação de 10,7%, contra padrão mundial de 15,1% (tabela 1).

TABELA 1 - ALÍQUOTA MÉDIA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO (II) - PAÍSES EMERGENTES SELECIONADOS

PÁISES	ALÍQUOTA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO (%)
Índia	29,9
Vietnã	18,5
Tailândia	16,2
México	16,0
Coréia	12,4
Venezuela	12,0
Brasil	10,7
China	10,4
Rússia	9,9
Média	15,1

FONTE: CNI

Nesse contexto, a iniciativa da Lei do super-simples constitui um passo inicial na direção da desoneração do aparelho econômico do País, ainda carente da unificação das alíquotas do ICMS, do ressarcimento adequado dos estados pelos prejuízos derivados da Lei Kandir desde o final de 1996, da progressividade do sistema de impostos, da falta de isonomia tributária entre os diferentes atores econômicos, dentre outros déficits.

Pontualmente, é fácil perceber, no projeto da LGMPE, a falta de definição de um tratamento trabalhista especial e de critérios para a facilitação da concessão de crédito, pois o fato de as empresas continuarem desobrigadas a publicar balanços as alijará do balcão de financiamentos para capital de giro e investimentos e as condenará à sobrevivência e expansão à base de geração de recursos próprios.

# O pacote de incentivos à construção civil

Guilherme Amorim\*

A despeito de ter sido divulgado em um momento sensível do calendário, o conjunto de iniciativas de incentivo à construção civil elaborado pelo governo federal tem méritos que ultrapassam seu apelo eleitoral. As medidas anunciadas em setembro alteram a burocracia envolvida no sistema bancário de crédito à pessoa física, a tributação de insumos e os investimentos públicos no setor.

Por meio de medida provisória, a utilização da Taxa Referencial (TR) para correção das prestações tornou-se facultativa, o que permite aos bancos a concessão de empréstimos com taxa prefixada, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O tomador do empréstimo não pode comprometer mais do que 30% de sua renda mensal com a parcela do financiamento. A maior parte dos empréstimos habitacionais em vigor é corrigida pela TR e acrescida de 12% de juros ao ano.

Os assalariados poderão financiar as compras através de empréstimos consignados, com desconto em folha. Nesse caso, a demissão do mutuário provocaria redução de juros e extensão nos prazos de pagamento – desde que acordadas no contrato original. Os financiadores, por outro lado, podem tomar uma fatia da indenização trabalhista que o mutuário receberia para quitar parte da dívida. Este percentual, limitado a 30% da reparação, também deve estar previamente contratado. Servidores públicos, civis e militares são aqueles mais propensos a utilizar essa modalidade de crédito por desfrutarem de maior estabilidade empregatícia.

Alguns poucos bancos vinham ofertando, com recursos próprios, linhas de crédito imobiliário com prestações fixas desde o ano passado, cobrando cerca de 18% ao ano em planos de 15 a 20 anos. O governo federal, ao permitir que os bancos possam utilizar recursos das cadernetas de poupança nessa forma de financiamento – captados com custo de TR mais 6% ao ano e repassados por cerca de 14% ao ano –, espera que um número maior de instituições entre nesse mercado, com queda progressiva do *spread* através da competição. É uma perspectiva duvidosa, contudo, uma vez que, segundo o Banco Central, 85% do crédito está concentrado em apenas dez bancos.

O financiamento direto da Caixa Econômica Federal (CEF) às construtoras também sofreu alterações. A linha de crédito que financiava 30% do valor de construção do imóvel passa a custear até 85% desse

montante, ou 60% do valor de venda dos lançamentos. O volume de recursos previsto pela instituição para essa operação deve alcançar R\$ 1 bilhão até o final de 2006 e R\$ 3,5 bilhões em 2007. As construtoras interessadas pagarão TR acrescida de juros de 9,56% para imóveis até R\$ 130 mil, e de 11,36% para aqueles entre R\$ 130 mil e R\$ 350 mil. Existe a intenção de permitir, ainda, que as construtoras com faturamento anual inferior a R\$ 2,4 milhões se enquadrem no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples). Tal mudança ainda depende da aprovação da nova lei de micro e pequenas empresas pelo Congresso Nacional.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disponibilizará R\$ 100 milhões em créditos para a pesquisa de tecnologia voltada ao setor. Essa linha de crédito cobrará juros fixos de 6% ao ano. O BNDES também financiará a construção de imóveis para funcionários de empresas tomadoras de empréstimos do banco, cobrando encargos equivalentes à TJLP mais 1% ao ano. As empresas mais dispostas a assumir tal compromisso são aquelas que ainda constroem conjuntos habitacionais para seus funcionários.

Houve, ainda, redução da alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI), de 10% para 5%, que incide sobre certos artigos para construção: porcelana e plásticos utilizados em sanitários, chuveiros elétricos e pavimentos de ladrilho ou plástico, dentre outros.

O impacto desse conjunto de medidas sobre o déficit habitacional do País deve ser pequeno, uma vez que não contempla construções para a população de baixa renda. O programa federal de habitação que atende à demanda das famílias com renda até seis salários mínimos, o Programa de Arrendamento Familiar (PAR), teve dotação orçamentária de R\$ 1,2 bilhão em 2006. Sob a responsabilidade do Ministério das Cidades e utilizando recursos da União e do FGTS, o PAR investiu R\$ 5,6 bilhões em moradias populares desde sua criação, em 1999. Ele concede a propriedade do imóvel, de valor igual ou inferior a R\$ 40 mil, ao mutuário que pagar, por 15 anos, uma taxa de arrendamento.

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

O Ministério estima que o déficit de novas moradias no Brasil seja de 7,2 milhões de unidades e que 84% dessa demanda seja de famílias com renda mensal não superior a três salários mínimos.

O pacote anunciado é importante por estruturar um conjunto de regras claras que ganharia força à medida que as condições macroeconômicas se tornassem mais favoráveis, em um cenário de crescimento da renda das famílias e de redução da taxa de juros. Ele reforça e complementa instrumentos jurídicos que, em anos recentes, conferiram maior segurança aos financiamentos: alienação fiduciária (retomada do imóvel em caso de inadimplência) e patrimônio de afetação (separação entre o patrimônio do empreendimento e o patrimônio da construtora ou incorporadora). Mudanças na Lei de Parcelamento do Solo, legalizando terrenos considerados ilegais (em favelas, por exemplo), e no Sistema Federal da Habitação aqueceriam ainda mais esse mercado, mas apenas contribuem para o fortalecimento de um modelo institucional que depende do dinamismo da economia para gerar resultados relevantes no longo prazo.

Essa arquitetura jurídica é importante para o mercado imobiliário porque, combinada a taxas de juros

decrecentes, aumenta a confiança dos investidores. Um reflexo dessa combinação pode ser percebido no crescimento dos fundos imobiliários registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Criados em 1993, ganharam vulto nos últimos dois anos, com a paulatina redução da Selic. Neles, a remuneração dos investidores – proveniente do aluguel do imóvel construído pelo fundo – é paga mensalmente e não há cobrança de imposto de renda sobre o capital.

A construção civil tem enorme potencial de geração de empregos. Entre janeiro e setembro de 2006, os empréstimos com recursos da caderneta de poupança somaram R\$ 6,7 bilhões, crescimento de 105% em relação ao mesmo período de 2005. Esses financiamentos, somados a outras formas de aquisição de imóveis (consórcios, por exemplo), foram responsáveis pela geração de 131,4 mil empregos com carteira assinada nesses nove primeiros meses do ano. Nenhum outro setor da economia, entretanto, depende tanto da oferta de crédito, que, no Brasil, é muito pequena: aproximadamente 3% do PIB. Para efeito de comparação, o crédito imobiliário alcança 11% do PIB no México, 17% no Chile, 49% em Portugal, 75% nos EUA e 102% na Holanda.

# Oportunidades e desafios da economia paranaense

Gilmar Mendes Lourenço\*

Passado o momento de confrontação das propostas para a condução dos destinos do Paraná, esboçadas no segundo turno das eleições para o governo por duas forças políticas detentoras de vasta experiência em administração pública, parece conveniente resumir os fluxos de oportunidades relevantes oferecidos ao novo governo para o aprimoramento da base econômica estadual e os compromissos imperativos a serem assumidos pelas instâncias públicas e privadas, independentemente do corte ideológico.

É pertinente lembrar que, ao longo das últimas quatro décadas, a economia paranaense registrou profundas alterações quantitativas e qualitativas em suas bases de operação, particularmente com a construção da infra-estrutura, nos anos 1960, a modernização agrícola e agroindustrial e a implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da Refinaria de Petróleo, no decênio dos 1970, e o ciclo diversificado de investimentos do segundo quinquênio da década de 1990.

De fato, desde o começo dos anos 1990, a economia paranaense vem revelando enorme capacidade de sincronização com algumas modificações estruturais e espaciais verificadas no País. Pela ótica estrutural destacam-se o aprofundamento da abertura comercial, o rearranjo técnico-produtivo-gerencial das empresas, sobretudo privadas, a formação e a tentativa de consolidação do Mercosul e a estabilidade monetária, que ampliou o horizonte temporal para o exercício de tomada de decisões dos agentes sociais.

Do ângulo geográfico, sobressai a reorganização inter-regional da corrente de novos investimentos produtivos no território brasileiro, particularmente o deslocamento do crescimento do agronegócio do Centro-Sul no sentido das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, a implantação do pólo automotivo do Nordeste, viabilizada por um coquetel de renúncias fiscais federais e estaduais, e o retorno dos movimentos de desconcentração da indústria da Região Sudeste em direção às cidades de portes médio e grande do Centro-Sul do País, próximas de São Paulo e do Mercosul, dotadas de infra-estrutura adequada e com grande potencial nas áreas de ciência e tecnologia e qualificação de mão-de-obra.

Nesse sentido, uma observação cuidadosa acerca da trajetória recente da economia estadual e de seu ambiente institucional e político permitiria constatar a adequação em perseguir o aprimoramento de ações e incentivos à sustentação e à diversificação da estrutura produtiva regional, capazes de contribuir para a diminuição de sua crônica subordinação a fatores

exógenos ou episódicos (como preços internacionais dos produtos primários e clima), determinada por condições de funcionamento associadas a determinados ciclos econômicos.

O primeiro eixo de oportunidades compreende a elevação da produtividade e diversificação agrícola, em virtude do esgotamento das terras mais aptas a serem incorporadas ao processo produtivo, dentro dos limites geográficos do Estado, e da necessidade de orientação gerencial e de fornecimento de assistência técnica para a viabilização da produção familiar rural (derradeira fronteira de expansão social), a profissionalização dos produtores, e o consequente fortalecimento de alternativas de renda nos estabelecimentos primários, particularmente com a consolidação da fruticultura.

Na mesma linha, a segunda vertente expansiva abarcaria a acentuação da verticalização das cadeias agroindustriais na direção da implantação dos estágios finais de beneficiamento, da maior agregação de valor à produção primária e da diminuição da grande dependência da obtenção de reduzidas margens propiciadas pela simples comercialização de *commodities*, aproveitando as vantagens relativas regionais e a enorme estrutura cooperativista existente no Estado, facilitando a identificação de oportunidades de inversões nas principais regiões produtoras.

Convém lembrar que as cooperativas dominam os mercados de matérias-primas agroindustriais e introduziram, ao longo dos anos 1990, estilos contemporâneos de gestão e de produção, visando à melhoria dos níveis de eficiência e competitividade, na perspectiva de subtração do papel de transferidoras de insumos às indústrias e de acentuação da vocação de fabricante de alimentos.

A terceira trilha de fatores é dirigida à consolidação do pólo automotivo, que começou ainda nos anos 1970, com a vinda da New Holland, fabricante de colheitadeiras e de tratores agrícolas, da Volvo (ônibus e caminhões) e da Robert Bosch (bombas injetoras), e incorporou recentemente as montadoras Renault, Volks/Audi e um apreciável conjunto de fornecedores diretos globais.

\* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

A quarta frente de oportunidades corresponderia à expansão e modernização do complexo madeireiro e papelero, aproveitando a razoável capacidade empresarial disponível e as vantagens naturais desfrutadas pelo Estado em termos de disponibilidade de matéria-prima.

O quinto vértice de crescimento equivaleria à fronteira internacional, incluindo a busca de restauração das bases de funcionamento do Mercosul, representando importante eixo de expansão de negócios e de investimentos para as empresas regionais.

A par disso, como sexto elemento surgem as chances de melhor aproveitamento das vocações e desenvolvimento das aptidões regionais, nas suas diferentes escalas, envolvendo novos atores locais ativos, inclusive na perspectiva de reconstrução de espaços, como os consórcios de municípios.

O sétimo pilar reside na ampliação da retaguarda infra-estrutural, mediante a otimização do tripé transportes, energia e telecomunicações e a expansão da base estadual em ciência e tecnologia (C&T). Inclusive, o vetor C&T pode ancorar as potencialidades e aptidões regionais, ligadas às perspectivas de desconcentração industrial dentro do Estado, mediante a identificação de oportunidades nas áreas do conhecimento e da informação, com ênfase para a criação de pólos tecnológicos, incubadoras e infovias (redes de fibras ópticas), apoiados nas ações das unidades descentralizadas do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), transformado recentemente em universidade, e das universidades e faculdades estaduais e em outros projetos públicos e privados.

### *A multiplicação das vantagens competitivas do Estado requer a correção de algumas restrições à ampliação da base produtiva e a intensificação de ousadas atitudes políticas*

O adequado aproveitamento dos sete grupos principais de potencialidades oferecidos ao Estado, e a multiplicação das suas vantagens competitivas, dependeriam do simultâneo encaminhamento da correção de algumas restrições à ampliação da base produtiva operante no território paranaense que, por seu turno, exigiria a intensificação de atitudes políticas em algumas direções convergentes.

Por um enfoque regional, afigura-se essencial buscar a minimização dos efeitos da forte concentração industrial no espaço polarizado pela Região Metropolitana de Curitiba (RMC), particularmente no eixo Paranaguá – Curitiba – Ponta Grossa, examinando as possibilidades de aproveitamento da infra-estrutura física e científica e tecnológica de uma rede de cidades de porte médio no interior do Estado, para a descoberta de alternativas de investimentos associadas às vocações e aptidões regionais.

Pelo ângulo produtivo, seria oportuna a perseguição da complementaridade interindustrial dos ramos metal-mecânico e eletroeletrônico, com maior internalização dos efeitos multiplicadores dinâmicos do pólo automotivo, por meio da inserção de empresas locais nas cadeias de fornecimento e subfornecimento,

multiplicando os esforços que vêm sendo realizados pelo Sindimetal e pelo Sebrae-PR.

As negociações no âmbito do Conselho de Política Automotiva, criado pelo atual governo estadual, pouco avançaram no sentido da celebração de compromissos, das montadoras e de seus fornecedores de primeira linha, de ampliação das compras de peças e componentes fabricados no Estado, que atualmente representam cerca de ¼ das aquisições totais.

Seriam importantes ainda ações intransigentes na mira do resgate de uma identidade empresarial regional, neutralizando as chances de prosseguimento da marcha de absorção de grupos domésticos por corporações estrangeiras e examinando criteriosamente alternativas ao programa de privatizações da área de infra-estrutura e, sobretudo, das instituições de fomento econômico.

No âmbito social, há que considerar a premência em minimizar a migração campo-cidade, ocasionada pela continuidade inexorável do processo de mecanização da agricultura e pela crescente inviabilização econômica de algumas atividades rurais, agravada pela falta de dinamismo do mercado de trabalho urbano em tempos de abertura e globalização. O desemprego atingia cerca de 377 mil pessoas no Paraná em 2005, o que corresponderia a 6,7% da população economicamente ativa (PEA), ainda assim uma das menores do País.

Pelo prisma fiscal, é imperiosa a restauração do equilíbrio das contas públicas e, conseqüentemente, a multiplicação da capacidade de dispêndio e inversão em capital social básico, notadamente na área de educação, essencial para a qualificação de mão-de-obra dirigida ao atendimento dos requisitos implícitos no novo paradigma.

Por uma linha estratégica, a remoção das barreiras ao desenvolvimento do Paraná requer a restauração e/ou intensificação do uso de instrumentos de planejamento público, como elementos definidores da correção das distorções e imperfeições do tecido econômico e social, ocasionadas pela predominância do livre jogo das forças de mercado, e indutores da otimização das vantagens competitivas dos diferentes espaços regionais.

Nessa perspectiva, parece imprescindível ainda o exercício de pressões ativas para a reconstrução dos pilares de presença e influência política paranaense junto à esfera federal (executivo e legislativo), na defesa legítima de programas e projetos essenciais ao desenvolvimento do Estado – como a luta contra o passeio do ICMS da energia elétrica e a exígua participação no rateio dos recursos do Orçamento da União –, campo fértil em um país desprovido de políticas de desenvolvimento há quase três décadas.

Mesmo porque, nos tempos recentes, o Estado estaria apenas reproduzindo o crônico e perverso circuito brasileiro de compressão dos níveis de poupança agregada, em benefício da elevação da propensão a consumir das elites e das classes médias. Apenas a título de ilustração, segundo os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Paraná apresentou, em 2005, a 13ª maior concentração de renda do País, sendo o estado mais desigual do Sul-Sudeste, empatando tecnicamente com o Espírito Santo.

# Infra-estrutura do Paraná: potencialidades e rumos

Gilmar Mendes Lourenço\*

A ferrenha disputa eleitoral para o governo do Paraná recolocou, na mesa de discussões, o exercício de lançamento de elementos de reflexão e de alternativas de ação a respeito de uma área nevrálgica à preparação criteriosa da capacidade de crescimento potencial da economia estadual: a infra-estrutura física.

Reconhecidamente, essa variável representa um dos principais tópicos de investimento, antecedente do crescimento sustentado. Tanto é assim que, a partir da segunda metade da década de 1960, o Estado do Paraná ganhou notoriedade no cenário nacional por meio da construção de uma rede de capital social básico, moderna e competitiva, capaz de assegurar, tanto às tradicionais quanto às novas cadeias do parque produtivo operante no território das araucárias, condições de plena inserção em fases ascendentes registradas pelo País.

Ressalte-se, entre aquelas etapas, o extraordinário crescimento econômico do período compreendido entre 1968 e 1973, conhecido como o Milagre, e a excepcional elevação da taxa de investimento, constatada durante a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo Geisel entre 1975 e 1978.

Mais precisamente, desde os primórdios dos anos 1960, com recursos financeiros do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), gerenciados pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), criada em 1962 e transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep), em 1968, o Estado logrou êxito na montagem de uma malha integrada de rodovias, na instalação de ferrovias, no estabelecimento de uma base de armazenagem pública de produtos de origem rural, na modernização das telecomunicações e na adequação do Porto de Paranaguá.

Houve também o avanço da estrutura de geração e distribuição de energia elétrica, iniciada no governo Bento Munhoz da Rocha Netto, com a criação da Copel, Companhia Paranaense de Energia Elétrica (hoje Companhia Paranaense de Energia), através do Decreto nº 14.947, de 26 de outubro de 1954. E, no caso das rodovias, a integração do Norte com o Sul paranaense, promovida pela Rodovia do Café nos anos 1960, foi magnificada com as obras de edificação das estradas estaduais alimentadoras, no governo Jaime Canet, entre 1975 e 1979.

Os atributos infra-estruturais constituíram enormes diferenciais nos processos de negociação envolvendo a conquista de empreendimentos de grande porte, públicos e privados, para o Paraná, durante o decênio dos 1970 e, em menor medida, dos 1980, devido à conjuntura de

crise que assolou o País na chamada década perdida. Em outros termos, a infra-estrutura representou elemento estratégico no reforço das vantagens comparativas naturais desfrutadas pelo Paraná para a atração de apreciáveis projetos e vultosos montantes de recursos, necessários à transformação de um panorama produtivo dominado por fazendas de café e por um conjunto de serrarias, do final dos anos 1950, em uma poderosa estrutura industrial, já no segundo quinquênio da década de 1970.

Não seria exagero admitir terem sido o estoque e os fluxos infra-estruturais fatores essenciais à modernização agrícola e industrial, entre 1968 e 1974, ao estabelecimento de um pólo cimenteiro na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), no começo dos anos 1970, à consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), no intervalo 1975-1980, à ampliação do parque fabricante de papel e celulose depois de 1974, e ao sucesso nas negociações políticas para a implantação da refinaria de petróleo da Petrobras, em Araucária, e da usina hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu. Frise-se que esses dois últimos itens contribuíram, de forma relevante, para a multiplicação do grupo de externalidades econômicas pró-Paraná.

Mesmo durante a crise da década de 1980, sintetizada na falência do Estado e na drástica compressão de seu poder de inversão, e a travessia para a globalização da primeira parte dos anos 1990, o Paraná tratou de não descuidar da competitividade do aparato infra-estrutural, concentrando esforços na recuperação e no aprimoramento das rodovias estaduais e em incursões no segmento ferroviário, durante os governos Álvaro Dias e Roberto Requião, com o empreendimento da Ferroeste, e na busca da condição superavitária na oferta de energia de origem hidrelétrica, com a construção das usinas de Segredo (Dias) e Caxias (Requião).

Por certo, os trunfos infra-estruturais estiveram por trás da expressiva presença do Paraná nas preferências locacionais manifestadas por parcela dos investidores privados, hospedados no Brasil depois da estabilização inflacionária promovida pelo Plano Real.

\* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.



---

*A atual deterioração do modelo  
infra-estrutural resulta da transferência  
da gestão e operação à iniciativa privada,  
de forma fragmentada e em precárias  
condições de regulação*

---

No entanto, convém não perder de vista a flagrante deterioração do modelo infra-estrutural prevalecente por décadas, resultado da opção política, feita nos anos 1990, pela transferência da gestão e operação à iniciativa privada, de forma fragmentada e em precárias condições de regulação, incapazes de sinalizar retornos confiáveis aos empreendimentos de elevado risco, em face das substanciais cifras de investimentos requeridas e do prolongado tempo de maturação dos projetos.

Nessas circunstâncias, os elementos infra-estruturais responsáveis pelo profundo crescimento e pela acelerada diversificação da economia paranaense, no passado remoto e recente, podem conformar apreciáveis barreiras à expansão produtiva, com desdobramentos sociais, por conta da acumulação de complexos problemas em distintos segmentos. Rigorosamente, à margem da excelência energética, produzida pela eficiência e diversificação da Copel, e em telecomunicações, fruto da introdução de inovações tecnológicas, do acirramento concorrencial e da melhoria qualitativa dos serviços ditados pelas privatizações, predomina um conjunto de robustos obstáculos a serem removidos, sobretudo na logística de transportes.

Deixando de lado os complicados constrangimentos de natureza legal, subjacentes ao incremento da participação privada na operação do sistema de transportes no Estado desde meados da década passada, é crucial incluir a premência de recuperação dos espaços públicos na organização, indução da operação, regulação e relacionamento com os distintos atores econômicos afetos à área.

Por esse prisma, dentre os percalços do segmento de transportes destacam-se as concessões dos pedaços rodoviários pedagiados. A urgência em minimizar as possibilidades de perenização de embates jurídicos entre concessionárias e governo do Estado deve forçar a extensão do elenco de agentes sociais empenhados nas negociações e a inclusão de novos parâmetros na equação econômica das concessionárias, constituída por custo, lucro, investimento e receita.

É imperioso adicionar nas avaliações variáveis como dispêndios operacionais dos transportadores, esperança de vida das frotas, tempo dos percursos, relação valor/peso das mercadorias transportadas, readequação das projeções de fluxos de veículos nas rodovias, concessão de descontos tarifários e/ou cobrança unidirecional para transporte de insumos e produtos agrícolas e, sobretudo, devolução da delegação de operação ao poder concedente (governo federal).

Igualmente relevante seria a viabilização de pesados investimentos, que extrapolem as operações tapa-buracos, em reparação, manutenção corretiva e

preventiva, e expansão da malha estadual (85,0% do total), que ficou de fora dos mais de 2,344 mil km operados pelo setor privado, sendo 1,781 mil (76,0%) federais e 0,563 mil (24,0%) estaduais.

No que se refere a esse último ponto, é prudente entender que embora a idéia corrente de “pedágio de manutenção”, ou mesmo de cursos rodoviários alternativos, esteja assentada nos menores custos fixos do Estado *vis-à-vis* as concessionárias, o que poderia redundar em pronunciada diminuição de tarifas, sua concretização dificultaria a captação de recursos para acréscimos da capacidade do sistema.

De outra parte, as preocupações com investimentos em multimodalidade, especificamente na alternativa ferroviária, têm se revelado diminutas no Estado. Pelo contrato de concessão celebrado entre executivo federal e América Latina Logística (ALL) – administradora de mais de 2 mil km de ferrovias no Paraná –, a companhia privada assumiu a responsabilidade da compra de locomotivas e de manutenção e conservação de vias permanentes, cabendo a expansão da malha à União. Como se vê, uma revisão criteriosa das regras de concessão deveria incorporar a feitura de investimentos com os haveres obtidos das taxas cobradas no arrendamento do patrimônio público.

Ao mesmo tempo, a Ferropar, consórcio formado pela Gemon Geral de Engenharia e Montagens, FAO Empreendimentos e Participações Limitada, Pound S.A. e ALL, que explora a Ferroeste desde 1997, trecho de 248 km entre Cascavel e Guarapuava, funciona como um autêntico intermediário entre ALL e produtores e cooperativas, em razão do não cumprimento das metas de investimento (locomotivas e vagões) e de volume transportado (menos de 1/3 do programado), explicado por inadimplência financeira, inclusive do valor da prestação da concessão, mesmo com a prorrogação do prazo de carência de 2000 para 2003.

A confusão técnica e institucional na administração do modal ferroviário justifica, primordialmente, o declínio de sua importância relativa na movimentação de cargas em Paranaguá de 48,0%, em 2004, para 33,0% em 2005, contra média histórica inferior a 30,0% em uma década.

Enquanto isso, pontos ferroviários vitais, como a duplicação entre Curitiba e Paranaguá, a conexão do ramal Oeste à ferrovia Central do Paraná, mediante a execução do trecho Guarapuava-Ipiranga, e a articulação Guarapuava-Irati-Engenheiro Bley-Curitiba-Paranaguá, carecem de encaminhamento de solução e/ou de competente acerto com o governo central, no sentido da deflagração das obras com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Por fim, mas não menos urgente, emerge a perseguição da melhoria da eficiência portuária, por meio da canalização de esforços e recursos para uma adaptação estrutural à multimodalidade, no sentido da rápida mudança da condição do Estado de corredor de exportações de *commodities* para a especialização no escoamento de produtos industrializados e contêinerizados.

# A inserção das mulheres responsáveis nos domicílios no mercado de trabalho

Sachiko Araki Lira\*

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) na região metropolitana de Curitiba é realizada pelo IPARDES em convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1999.

As transformações ocorridas no mercado de trabalho desde a implantação da PME pelo IBGE, em 1980<sup>1</sup>, levaram a uma revisão completa tanto nos aspectos metodológicos quanto de procedimentos de pesquisa. Esta revisão ocorreu em março de 2002 nas regiões metropolitanas em que a PME é realizada exclusivamente pelo IBGE. Na região metropolitana de Curitiba, a implantação da revisão ocorreu em janeiro de 2003.

A revisão da pesquisa possibilitou o aprofundamento da investigação e a agregação de alguns aspectos, permitindo a realização de estudos de diversos temas sobre o mercado de trabalho e o acompanhamento das políticas públicas.

Esta nota trata das condições de trabalho e do perfil das mulheres que são as principais responsáveis nos domicílios, procurando fazer comparações com as da população feminina ocupada. De acordo com a metodologia da PME, o principal responsável no domicílio é a pessoa que responde pela unidade domiciliar ou que assim é considerada pelos demais moradores. Há que atentar para a subjetividade do conceito de responsabilidade, que é determinado segundo critérios e valores pessoais dos informantes.

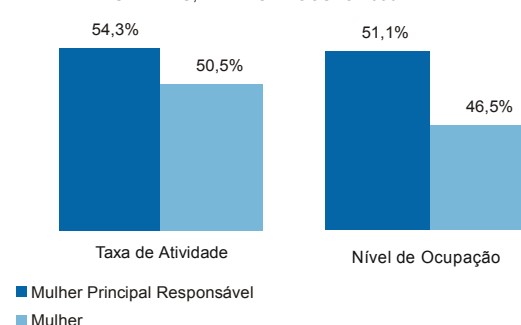
A participação da mulher no mercado de trabalho vem crescendo nos últimos anos devido, em grande medida, à redução de obstáculos de natureza não econômica ao ingresso e também à necessidade de complementação dos orçamentos familiares.<sup>2</sup>

Na região metropolitana de Curitiba, em agosto de 2006, as taxas de atividade dos homens e das mulheres eram de 67,6% e 50,5%, respectivamente. Do total da população economicamente ativa<sup>3</sup>, 55,0% eram homens e 45,0% eram mulheres. Considerando-se o total da população ocupada, as proporções são semelhantes às apresentadas: 55,7% eram homens e 44,3%, mulheres.

Em agosto de 2006, as mulheres principais responsáveis nos domicílios em idade ativa<sup>4</sup>, na região metropolitana de Curitiba, totalizavam 325.267 pessoas, representando 35,1% do total das pessoas principais responsáveis nos domicílios. Esse percentual era de 24,7% em agosto de 2003.

A taxa de atividade das mulheres principais responsáveis nos domicílios<sup>5</sup> era de 54,3%, superior à taxa de atividade feminina, que era de 50,5%. O mesmo ocorre quando se analisa o nível de ocupação das mulheres principais responsáveis<sup>6</sup>, estimado para agosto em 51,1%, maior que o da população feminina ocupada, 46,5%, apresentados no gráfico 1.

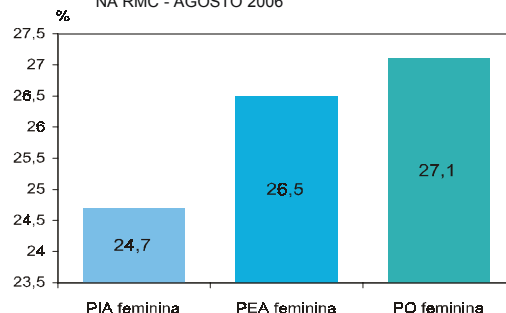
GRÁFICO 1 - TAXAS DE ATIVIDADE E NÍVEIS DE OCUPAÇÃO DAS MULHERES PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS E DAS MULHERES, NA RMC - AGOSTO 2006



FONTE: PME - IPARDES/IBGE

O gráfico a seguir mostra as participações das principais responsáveis nos totais das populações femininas em idade ativa (24,7%), economicamente ativa (26,5%) e ocupada (27,1%), em agosto de 2006. Observa-se que as participações das principais responsáveis economicamente ativas e ocupadas são maiores do que as em idade ativa.

GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÕES DAS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS NOS DOMICÍLIOS NOS TOTAIS DAS POPULAÇÕES FEMININA EM IDADE ATIVA, ECONOMICAMENTE ATIVA E OCUPADA, NA RMC - AGOSTO 2006



FONTE: PME - IPARDES/IBGE

\* Estatística, Mestre em Métodos Numéricos em Engenharia e Doutoranda em Métodos Numéricos em Engenharia pela UFPR, pesquisadora do IPARDES.

Do total das mulheres principais responsáveis economicamente ativas, 94,1% estavam ocupadas<sup>7</sup> e apenas 5,9% estavam desocupadas. Considerando-se a população feminina, 8,0% da PEA feminina estava desocupada e 92,0% estava ocupada. Apresenta-se, na tabela 1, a evolução da distribuição das mulheres principais responsáveis nos domicílios ocupadas e desocupadas.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS NOS DOMICÍLIOS OCUPADAS E DESOCUPADAS, NA RMC - AGO 2003/AGO 2004/AGO 2005/AGO 2006

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	DISTRIBUIÇÃO (%)			
	Ago. 2003	Ago. 2004	Ago. 2005	Ago. 2006
Ocupada	95,0	93,7	94,2	94,1
Desocupada	5,0	6,3	5,8	5,9

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

### Características gerais das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios

A desagregação das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios por faixa etária mostrou que, em agosto de 2006, 60,7% estavam nas faixas de idade mais avançadas, ou seja, acima de 40 anos, destacando-se o grupo de 40 a 49 anos de idade, no qual concentravam-se 33,5% delas; 34,9% encontravam-se na faixa de 25 a 39 anos e apenas 4,4% representavam as faixas etárias mais jovens (18 a 24 anos).<sup>8</sup> No entanto, quando se analisa a distribuição da população feminina ocupada por faixa etária, observa-se que 38,0% encontra-se nas faixas etárias mais avançadas (acima de 40 anos), 40,7% na faixa entre 25 e 39 anos e 21,4% entre 10 e 24 anos. Este comportamento explica as diferenças entre as idades médias das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios (42,4 anos) e da população feminina ocupada (35,7 anos), de aproximadamente 7 anos.

Com relação à escolaridade, os resultados da pesquisa mostram que, entre as trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios, 52,0% tinham 11 anos ou mais de estudo, sendo que para o total da população feminina ocupada este grupo representava 57,7%.

Por outro lado, a proporção de mulheres que não concluíram o ensino fundamental (menos de 8 anos de estudo) era maior entre as principais responsáveis (32,3%). Para o total da população feminina este grupo representava 23,2%. A escolaridade média das trabalhadoras responsáveis nos domicílios era de 9,23 anos, enquanto para o total das mulheres ocupadas era de 9,79 anos. Esta diferença deve-se ao fato de a maior proporção de trabalhadoras principais responsáveis estar nos grupos etários mais avançados, conforme apresentado anteriormente, os quais possuem menor escolaridade.

Uma análise das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios segundo cor ou raça indica que, em agosto de 2006, 88,3% declararam-se brancas e 10,8% pretas ou pardas. Esta proporção é bastante semelhante na análise da população feminina ocupada: 89,6% declararam-se brancas e 10,0% pretas ou pardas.

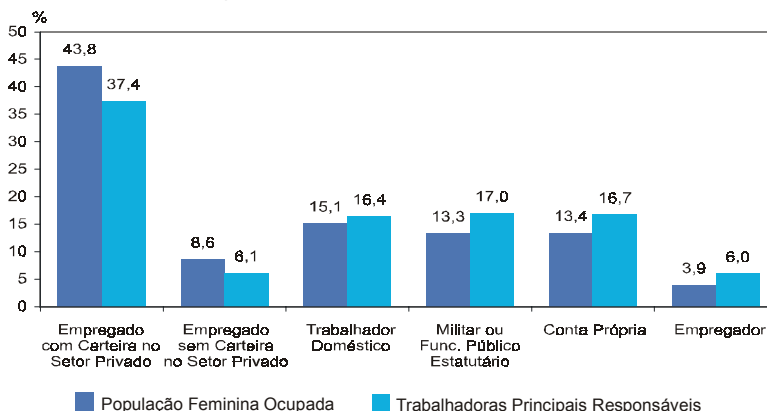
Outra característica importante é a análise das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios segundo tipo de família, isto é: com cônjuge; sem cônjuge e com filhos; e sós. Os resultados obtidos na pesquisa de agosto de 2006 indicam que 30,6% tinham cônjuge, porém 46,0% das trabalhadoras eram sem cônjuge e com filhos e 16,9% delas eram sós. Destaca-se que entre aquelas sem cônjuge e com filhos, 43,4% tinham pelo menos um filho com idade inferior a 15 anos e 26,2% tinham todos os filhos com menos de 15 anos de idade. Nesta última situação, possivelmente a trabalhadora responsável é a única pessoa a assumir o compromisso do sustento, além dos demais afazeres e cuidados domésticos, o que a impede, muitas vezes, de fazer escolhas quanto ao tipo de trabalho ofertado.

### Características do trabalho das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios

Em agosto de 2006, apenas 1,9% das trabalhadoras principais responsáveis tinham mais de um trabalho. Assim, considerou-se apenas o trabalho principal para as análises posteriores.

O gráfico 3 apresenta a distribuição das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios e da população feminina segundo posição na ocupação.

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS TRABALHADORAS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS NOS DOMICÍLIOS E POPULAÇÃO FEMININA OCUPADA SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NA RMC - AGOSTO 2006



FONTE: PME - IPARDES/IBGE

Observa-se que, comparativamente à população feminina ocupada, as proporções são maiores entre as trabalhadoras responsáveis nos domicílios nas categorias de conta própria, trabalhadora doméstica, militar e funcionária pública e empregadora.

Quanto aos setores de atividade, em agosto de 2006, seguindo a mesma distribuição da população feminina ocupada (22,9%), a participação das principais responsáveis foi maior no grupamento de atividades "educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social", representando 26,3%. Com participações menos expressivas estão os seguintes grupamentos de atividades: serviços domésticos (16,4%); comércio (15,2%); indústria extrativa, de transformação e de produção e distribuição de eletricidade, gás e água (13,6%) e serviços prestados às empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira (12,5%). A tabela 2 traz a distribuição das trabalhadoras principais responsáveis e da população feminina ocupada segundo grupamento de atividades.

A tabela 3 expõe a evolução da distribuição das trabalhadoras principais responsáveis segundo grupamento de atividades, para o período de agosto de 2003 a agosto de 2006.

Destaca-se o crescimento da participação das mulheres responsáveis no grupamento de atividades "educação, saúde e administração pública", passando de 24,3%, em agosto de 2003, para 26,3% em agosto de 2006.

A avaliação das horas médias trabalhadas indica que, em agosto de 2006, a jornada semanal das trabalhadoras principais responsáveis foi de 38,5 horas, praticamente igual àquela cumprida pelas mulheres ocupadas, que foi de 38,2 horas.

Dentre as trabalhadoras principais responsáveis, as que apresentaram maior número médio de horas trabalhadas no trabalho principal foram aquelas com idade entre 40 e 49 anos (39,6 horas). No que se refere à escolaridade, o grupo de 8 a 10 anos de estudo apresentou maior carga horária semanal de trabalho (40,0 horas). No tocante à posição na ocupação, observou-se que as empregadoras é que apresentaram a maior jornada de trabalho semanal (41,3 horas). Por outro lado, as trabalhadoras domésticas apresentaram a menor jornada, de 33,1 horas. Finalmente, no que diz respeito ao setor de atividade, as principais responsáveis que trabalham no comércio é que tinham maior jornada de trabalho (41,5 horas).

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS TRABALHADORAS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS E DA POPULAÇÃO FEMININA OCUPADA SEGUNDO GRUPAMENTO DE ATIVIDADES, NA RMC - AGOSTO 2006

GRUPAMENTOS DE ATIVIDADES	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS (%)	POPULAÇÃO FEMININA OCUPADA (%)
Indústria	13,6	13,3
Construção <sup>(1)</sup>	0,7	1,0
Comércio	15,2	19,7
Serviços Prestados às Empresas	12,5	13,8
Educação, Saúde e Administração Pública	26,3	22,9
Serviços Domésticos	16,4	15,1
Outros Serviços	15,3	13,9

FONTES: PME - IPARDES/IBGE

(1) O grupamento da construção reuniu um número muito pequeno de trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios, bem como da população feminina ocupada, fazendo com que sua estimativa apresente um elevado coeficiente de variação, tendo sido de 60% e 22,8%, respectivamente.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS TRABALHADORAS PRINCIPAIS SEGUNDO GRUPAMENTO DE ATIVIDADES, NA RMC - AGOSTO 2003/2004/2005/2006

GRUPAMENTOS DE ATIVIDADES	DISTRIBUIÇÃO (%)			
	Ago. 2003	Ago. 2004	Ago. 2005	Ago. 2006
Indústria	12,5	15,8	15,5	13,6
Construção <sup>(1)</sup>	0,9	0,9	0,9	0,7
Comércio	18,0	15,3	16,1	15,2
Serviços Prestados às Empresas	13,7	11,0	12,2	12,5
Educação, Saúde e Administração Pública	24,3	26,3	23,4	26,3
Serviços Domésticos	16,1	16,6	16,9	16,4
Outros Serviços	14,3	13,7	14,4	15,3

FONTES: PME - IPARDES/IBGE

(1) O grupamento da construção reuniu um número muito pequeno de mulheres principais responsáveis nos domicílios, fazendo com que sua estimativa apresente um elevado coeficiente de variação, superior a 40%.

A análise dos rendimentos médios mensais habitualmente recebidos em classes de salário mínimo indica que, em agosto de 2006, 73,6% das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios recebiam menos de 3 salários mínimos. Considerando a população feminina ocupada, esta proporção era de 80,5%. Já na classe de rendimentos mais altos, a proporção de trabalhadoras principais responsáveis foi maior, de 16,9%, contra 11,3% da população feminina ocupada. Apresenta-se, na tabela 4, a distribuição das trabalhadoras principais responsáveis e da população feminina ocupada segundo faixas de salário mínimo.

A evolução da distribuição das participações das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios segundo faixa de rendimento (em salário mínimo) nos meses de agosto de 2003 a 2006 mostrou que o rendimento auferido pelas trabalhadoras principais responsáveis teve redução neste período, pois maior proporção delas passou a receber menos de 1 salário mínimo, enquanto houve redução da proporção daquelas que recebiam 5 ou mais salários (tabela 5). O mesmo ocorreu na população feminina ocupada, pois parcela maior de mulheres passou a ganhar entre 1 a

menos de 3 salários mínimos, reduzindo-se a proporção daquelas que ganhavam de 3 a 5 salários.

Os rendimentos médios habitualmente auferidos pelas trabalhadoras principais responsáveis, no mês de agosto de 2006, foi 20% superior ao do total das mulheres ocupadas, sendo respectivamente de R\$ 1.039,32 e R\$ 862,92. O rendimento por hora auferido pelas trabalhadoras principais responsáveis foi de R\$ 7,11, enquanto o auferido pelas mulheres ocupadas foi de R\$ 5,86. Portanto, as primeiras tinham rendimento por hora 21% superior.

Analisando o rendimento por hora das trabalhadoras principais responsáveis segundo o grupamento de atividades, aquelas que se encontravam no grupo serviços prestados às empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira é que apresentavam maior rendimento, ou seja, R\$ 13,99 por hora. Em contrapartida, aquelas que trabalhavam no grupo serviços domésticos é que recebiam o menor salário por hora, correspondente a R\$ 3,42. A tabela 6 mostra os rendimentos por hora trabalhada das trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios e da população feminina ocupada segundo categoria ocupacional e grupamento de atividade.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS TRABALHADORAS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS E DA POPULAÇÃO FEMININA OCUPADA, SEGUNDO FAIXA DE RENDIMENTO (SALÁRIO MÍNIMO), NA RMC - AGOSTO 2006

FAIXA DE SALÁRIO MÍNIMO	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS	POPULAÇÃO FEMININA OCUPADA
Menos de 1	13,2	14,6
De 1 a menos de 3	60,5	66,1
Menos de 3	73,7	80,7
De 3 a menos de 5	10,3	8,1
5 ou mais	16,0	11,0

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DAS TRABALHADORAS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS E DA POPULAÇÃO FEMININA OCUPADA, SEGUNDO FAIXA DE RENDIMENTO (SALÁRIO MÍNIMO), NA RMC - AGOSTO 2003/2004/2005/2006

CATEGORIA/FAIXA DE SALÁRIO MÍNIMO	AGOSTO			
	2003	2004	2005	2006
Trabalhadoras Principais Responsáveis				
Menos de 1	9,5	11,4	12,4	13,2
De 1 a menos de 3	61,5	58,5	64,2	60,5
De 3 a menos de 5	11,2	14,6	10,3	10,3
5 ou mais	18,3	15,5	13,1	16,0
População Feminina Ocupada				
Menos de 1	14,7	13,2	13,3	14,6
De 1 a menos de 3	64,8	63,1	66,3	66,1
De 3 a menos de 5	9,4	11,5	9,3	8,3
5 ou mais	11,1	12,2	11,1	11,0

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

TABELA 6 - RENDIMENTO MÉDIO POR HORA DAS TRABALHADORAS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS E DA POPULAÇÃO FEMININA OCUPADA, SEGUNDO CATEGORIA OCUPACIONAL E GRUPAMENTO DE ATIVIDADE, NA RMC - AGOSTO 2006

CATEGORIA OCUPACIONAL/ GRUPAMENTO DE ATIVIDADE	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS	POPULAÇÃO FEMININA OCUPADA
Categoria Ocupacional		
Trabalhador Doméstico	3,42	3,14
Empregado com Cart. Assinada no Setor Privado	5,76	4,83
Empregado sem Cart. Assinada no Setor Privado	4,30	5,49
Militar e Funcionário Público	10,89	9,70
Conta Própria	5,54	6,04
Empregador	25,50	18,70
Grupamento de Atividade		
Indústria	4,81	4,89
Construção	2,80	4,28
Comércio	5,01	4,40
Serviços Prestados às Empresas	13,99	7,97
Educação, Saúde, Administração Pública etc.	10,08	9,09
Serviços Domésticos	3,42	3,14
Outros Serviços	4,94	4,78

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

A avaliação do rendimento médio habitual por hora trabalhada segundo a escolaridade das principais responsáveis reforça a relação positiva entre a escolaridade e a renda dos trabalhadores. À medida que aumenta a escolaridade observa-se aumento também no rendimento médio por hora. As trabalhadoras principais responsáveis com 11 anos ou mais de estudo possuíam rendimento por hora 279% maior do que as trabalhadoras sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo, que em agosto de 2006 eram respectivamente de R\$ 10,57 e R\$ 2,79. Esta diferença ocorre de forma menos intensa na população feminina ocupada, em que a diferença é de 138%, cujos rendimentos médios por hora correspondem a R\$ 7,85 e R\$ 3,30. Apresentam-se a seguir os rendimentos médios por hora trabalhada das trabalhadoras principais responsáveis e população ocupada segundo anos de estudo.

TABELA 7 - RENDIMENTO MÉDIO POR HORA TRABALHADA DAS TRABALHADORAS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS E DA POPULAÇÃO FEMININA OCUPADA SEGUNDO ANOS DE ESTUDO, NA RMC - AGOSTO 2006

ANOS DE ESTUDO	PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS	POPULAÇÃO FEMININA OCUPADA
Sem instrução a menos de 1 ano	2,79	3,3
1 a 3 anos	3,21	2,79
4 a 7 anos	3,43	3,16
8 a 10 anos	3,58	3,39
11 anos ou mais	10,57	7,85

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

Outra investigação feita foi quanto ao rendimento médio e por hora trabalhada das principais responsáveis segundo o tipo de família. As trabalhadoras principais responsáveis sós tinham tanto o rendimento médio habitual quanto o rendimento por hora trabalhada superiores, sendo respectivamente de R\$ 1.187,97 e R\$ 8,03. As principais responsáveis sem cônjuge e com filhos recebiam R\$ 1.050,54 mensais e R\$ 7,19 por hora, e aquelas com cônjuge recebiam R\$ 894,57 mensais e R\$ 6,33 por hora.

Finalmente, a estimativa do rendimento médio domiciliar<sup>9</sup> daqueles domicílios cujos principais responsáveis eram mulheres era menor do que daqueles em que os principais responsáveis eram pessoas ocupadas, sem fazer distinção entre homens e mulheres, conforme mostra a tabela 8.

TABELA 8 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOMICILIAR SEGUNDO CATEGORIAS DE DOMICÍLIOS, NA RMC - AGOSTO 2006

CATEGORIA DE DOMICÍLIOS	RENDIMENTO MÉDIO DOMICILIAR (R\$)
Domicílios cujos Principais Responsáveis são Pessoas Ocupadas	1 995,16
Domicílios cujos Principais Responsáveis são Mulheres Ocupadas	1 661,55

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

Observa-se que os domicílios cujos principais responsáveis eram mulheres ocupadas tinham rendimento médio mensal domiciliar 17% menor do que naqueles em que os principais responsáveis eram pessoas ocupadas, o que indica que a contribuição do rendimento do principal responsável masculino é maior no rendimento médio domiciliar.

---

## Notas

<sup>1</sup>A PME vem sendo realizada desde 1980 nas regiões metropolitanas de: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

<sup>2</sup>TAFNER, Paulo (Ed.). **Brasil: o estado de uma nação: mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

<sup>3</sup>As estimativas da população economicamente ativa e população ocupada para agosto de 2006 eram de 1.479 mil e 1.385 mil, respectivamente.

<sup>4</sup>Pessoas com 10 anos e mais de idade.

<sup>5</sup>Relação entre a PEA (população economicamente ativa) das mulheres principais responsáveis e PIA (população em idade ativa) das mulheres principais responsáveis nos domicílios.

<sup>6</sup>Proporção de mulheres principais responsáveis nos domicílios ocupadas, no total de mulheres principais responsáveis em idade ativa.

<sup>7</sup>As trabalhadoras principais responsáveis nos domicílios totalizavam 166.274 pessoas.

<sup>8</sup>Cabe ressaltar que na faixa etária de 10 a 17 anos não havia nenhuma mulher principal responsável no domicílio.

<sup>9</sup>Considerou-se como rendimento médio mensal domiciliar a soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar provenientes do trabalho, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e daqueles cuja condição no domicílio fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

# Paraná - Destaques Econômicos\*

Guilherme Amorim\*\*, Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro\*\*\*

## AGROPECUÁRIA

### Nova variedade de trigo é lançada pelo Iapar

O Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) lançou uma nova variedade de trigo, o IPR 128, que tem coloração da casca vermelho-clara, o que possibilita obter pães integrais mais brancos e com odor menos intenso. De acordo com o Iapar, a indústria de derivados de pães e bolachas integrais demanda produtos de cor mais clara.

Indicado para regiões mais quentes, como Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, o IPR 128 ainda está em fase de testes pela indústria. Além dessa nova variedade, o Instituto lançou o IPR 129, variedade de pão tolerante a solos ácidos e mais resistente a doenças.

SOUZA, Niza. Iapar lança trigo para pão integral. **O Estado de S. Paulo**, 13 set. 2006. Agrícola, p.614.

### Projeto distribui sementes de ostras a pescadores do litoral paranaense

O Projeto Produção de Sementes de Ostra Nativa em Larga Escala produzirá sementes da ostra nativa *Crassostrea rhizophorae* para trinta produtores e pescadores de seis áreas de cultivo no litoral do Paraná.

As sementes serão distribuídas gratuitamente aos membros da Associação Guaratubana de Maricultores (Agramar), através do Centro de Produção e Propagação de Organismos Marinhos (CPPOM), mantido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Foi prevista a produção de 2 milhões de sementes até o fim de outubro. O projeto durará aproximadamente 24 meses e será mantido pelo Fundo Paraná, da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti).

BALDRATI, Breno. PR começa a estimular a produção de ostras. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 set. 2006. p.7.

### Cultivo do bicho-da-seda cresce em produtividade no Estado

Segundo a Secretaria Estadual da Agricultura, apesar da redução da área da criação do bicho-da-seda, a produtividade aumentou de maneira significativa (36% nesta safra), bem como a produção.

Esse aumento se deve ao maior cuidado do produtor com a cultura, pois, com uma área menor para cuidar, ele tem condições de fazer a adubação adequada e de manejar melhor o barracão com o bicho-da-seda. Segundo o Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), a área média de plantio de amoreira vem sendo reduzida desde a década de 70; a redução da safra atual, comparativamente à safra passada, foi de 18%, caindo para 2,2 hectares.

Outros dois fatores que contribuem para o crescimento da produtividade são a adubação do solo e a utilização de novas variedades, sendo a Miura a mais usada no Paraná. O Iapar está desenvolvendo o projeto de uma máquina que tornará a colheita mais eficiente, o qual conta com o apoio das empresas de fiação de seda Bratac e Fujimura.

PESQUISA amplia produção do bicho-da-seda no Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 set. 2006. p.27.

### Cooperativa de São José dos Pinhais incrementa produção de bananas

A comunidade Castelhanos, situada no município de São José dos Pinhais, recebeu da prefeitura uma verba de R\$ 80 mil para formar a Coocastel. Com 21 membros e 12 artesãs, esta cooperativa ajudará a incrementar a produção, o beneficiamento e a venda de bananas por eles produzidas, além de fomentar o artesanato.

O valor repassado pela prefeitura será empregado na construção de um barracão com uma estufa e uma cozinha industrial. É provável que a comunidade também receba auxílio técnico pelo período de um ano.

BORDINHÃO, Andréa. Comunidade aposta na união, incentivo e informação. **Folha de Londrina**, 26 set. 2006. Economia, p.3.

\*Elaborado com informações disponíveis no período de 30/08/2006 a 31/10/2006.

\*\*Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

\*\*\*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.



## Crise agropecuária provoca queda no preço das terras

Com exceção da região de Paranaíba, onde o crescimento da cultura de cana-de-açúcar manteve as terras valorizadas, o Paraná passa por um momento de retração no valor do preço das terras, reflexo das dificuldades da pecuária de corte, soja, mandioca, milho e fumo. O mercado imobiliário está estagnado, uma vez que a canavieira tem a tradição de arrendamento de terras.

A quebra da safra de soja em 2005 e a valorização do real também desempenharam papel importante na desvalorização das propriedades, sejam elas destinadas à agricultura mecanizada, pecuária ou reflorestamento.

Os negócios baseados na cotação futura dos produtos, em particular a soja, também estão parados. Essas transações, tradicionalmente parceladas (40% à vista, 30% após 12 meses, 30% após 24 meses), tornaram-se muito arriscadas diante da volatilidade dos preços internacionais.

HAMPF, Edgar. Compradores querem preços ainda menores. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 out. 2006. p.25.

HAMPF, Edgar. Mercado reflete drama no campo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 out. 2006. p.25.

HAMPF, Edgar. Queda nas vendas assusta veteranos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 out. 2006. p.25.

---

## AGROINDÚSTRIA

### Iapar participa da 6ª Mostra de Inverno Arenito Caiuá

O Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) apresentou, na 6ª Mostra de Inverno Arenito Caiuá, realizado em Umuarama, alternativas de renda para o produtor, bem como algumas opções tecnológicas de uso no campo.

A caprinocultura de corte foi exposta como opção para a complementação de renda, dada a boa adaptação dos animais às condições do solo arenito. A carne de caprino começou a ser mais conhecida e procurada pelo seu baixo teor de colesterol. Outra alternativa de diversificação da produção da região é o cultivo de frutas, sobretudo em pequenas propriedades, e o cultivo de plantas para a produção do biodiesel. O Iapar também apresentou novas variedades de trigo e triticale, indicadas para o solo da região, com destaque para o lançamento do IPR 129.

IAPAR apresenta opções tecnológicas. **Folha de Londrina**, 14 set. 2006. Economia, p.4.

---

### Cocamar tem produção 25% maior em 2006

A Cocamar iniciou em julho a colheita da safra de laranja 2006/2007, que irá até novembro. Em 2005, a cooperativa colheu 2,4 milhões de caixas de laranja, e neste ano, graças à produção dos pomares plantados no período 2001-2004, a produção será 25% maior, esperando alcançar 3 milhões de caixas.

A empresa prevê, para 2008, o recebimento de 7,5 milhões de caixas, que se dará quando os 2,658 milhões de pés de citros plantados no noroeste do Estado estiverem produzindo. A colheita de 2006 permitirá a produção de 12 mil toneladas de suco de laranja concentrado, da qual cerca de 90% é exportada. A produção de laranja *in natura* se dirige equanimemente entre os mercados interno e externo.

COCAMAR vai colher 25% mais laranja neste ano. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 set. 2006. p.30.

---

### 1ª Conferência Internacional de Agroenergia será em Londrina

Será realizada em dezembro, em Londrina, a 1ª Conferência Internacional de Agroenergia (Conae). A pauta do evento prevê a discussão do posicionamento brasileiro frente ao mercado mundial de biocombustíveis e de parcerias para o desenvolvimento da produção de outros tipos de combustíveis renováveis.

De acordo com o coordenador do Conae, o Brasil é um território de possibilidades imbatíveis para a produção de biocombustíveis. Há, porém, a necessidade de maior investimento em pesquisa para o aperfeiçoamento dos processos e definição da destinação dos resíduos da produção. Londrina foi escolhida como sede do evento pelo grande número de centros de pesquisa e estudo que a cidade abriga.

FONDAZZI, Herika. Londrina sediará evento de bioenergia. **Folha de Londrina**, 1 out. 2006. Economia, p.8.

---

### Frangos Pioneiro anuncia novo abatedouro

A indústria de frangos Pioneiro, localizada em Joaquim Távora, norte do Estado, vai investir R\$ 30 milhões na construção de seu segundo abatedouro no município. O projeto ocorrerá em três fases e deverá ser concluído em 2009, ano em que a empresa espera abater 120 mil cabeças por dia, produção que representa três vezes a capacidade atual.

A ampliação, que será em parte financiada pelo BNDES, havia sido planejada para 2005, mas foi adiada em função da gripe aviária. O número de funcionários – atualmente 930 – deverá atingir 2,4 mil quando a unidade estiver pronta.

LIMA, Marli. Pioneiro, do Paraná, investe R\$ 30 milhões em planos de expansão. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 out. 2006. Empresas, p.B11.

---

### Purina inaugura planta em Cascavel

A Purina, divisão de nutrição animal da Cargill, inaugurou em Cascavel a sua quarta unidade no País, a qual consumiu investimento de US\$ 2,5 milhões. Lá serão produzidas diariamente 40 toneladas de *premix* (mistura de vitaminas, minerais e aditivos utilizada por criadores como base da ração).

A cidade foi escolhida para receber a nova planta – a mais moderna do grupo – por seu posicionamento geográfico, que facilita o acesso aos clientes do Sul do País e de Mato Grosso do Sul.

PURINA inaugura fábrica em Cascavel. **Folha de Londrina**, 24 out. 2006. Economia, p.4.

---

# INDÚSTRIA

## Itaipu abriga projeto de carro elétrico

A usina de Itaipu e a Fiat, em parceria com institutos de pesquisa e empresas de energia elétrica, estão desenvolvendo em Foz do Iguaçu um automóvel movido a eletricidade. As empresas participantes vão adquirir o veículo para compor suas respectivas frotas. Além disso, já existem encomendas nacionais e estrangeiras para o modelo.

Há uma expectativa de redução de impostos, por se tratar de um modelo ecologicamente limpo. Os primeiros modelos serão enviados para o exterior pelo preço de 20 mil dólares.

DREYER, Diogo. Carro elétrico desenvolvido no Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30 ago. 2006. p.19.

---

## Indústria Cerâmica de Campo Largo reduz lucratividade para enfrentar louça chinesa

As empresas do pólo cerâmico de Campo Largo aumentaram a sua produção e reduziram as taxas de lucro, estratégia utilizada para combater a concorrência chinesa e amenizar os efeitos do câmbio desfavorável.

O pólo é composto por aproximadamente 40 empresas, que geram 14 mil empregos – entre diretos e indiretos – e fabricam anualmente 450 milhões de peças, volume 50% maior que a produção de 5 anos atrás. O faturamento, porém, permaneceu constante, na casa dos US\$ 500 milhões. A cidade é responsável por 83% da produção de louças da América Latina.

SAIKI, Lyrian. Setor de louça dribla concorrência chinesa. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 8 set. 2006. p.25.

---

## Empresas paranaenses do setor automotivo crescem em meio a crise das gigantes

Na contramão da crise sofrida pelas grandes montadoras do parque automotivo paranaense, algumas empresas menores, espalhadas pelo Estado, estão obtendo bons resultados nos últimos anos.

A crise no setor agrícola fez recuar o faturamento dos fabricantes de implementos rodoviários. Diante dessa situação a metalúrgica Pastre, de Quatro Barras, na região metropolitana de Curitiba, optou por um plano ousado: investir em uma chapa de aço mais cara do que as tradicionais, mas 25% mais leve, proporcionando uma economia de 7% no frete. A estratégia deu certo, e hoje a Pastre produz o dobro do que produzia há três anos. A expectativa para este ano é de um faturamento de R\$ 41 milhões, que, se concretizado, vai representar um aumento de 2,5% em relação ao resultado de 2005.

A Marcarello Carrocerias e Ônibus, em Cascavel, espera faturar R\$ 90 milhões este ano, um aumento significativo em relação ao resultado de 2005, que foi de cerca de R\$ 56 milhões. Este resultado se deve, em parte, ao aumento das exportações, que representavam 17% em 2005 e atualmente correspondem a 30% do total vendido. Localizada em uma área de 86 mil metros quadrados, a fábrica deverá atingir mil unidades vendidas neste ano, cerca de 42% a mais do que no ano passado.

A fabricante de peças para motos e acessórios para motociclismo Tork emprega 950 dos 20 mil habitantes de Siqueira Campos, no Norte Pioneiro. A empresa, que foi fundada em um quintal, na capital paranaense, em 1989, é a maior do setor na América Latina e produz anualmente cerca de 3,5 milhões de peças.

JASPER, Fernando. Empresa investe em tecnologia, faz produto mais caro e vence concorrência. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 set. 2006. Economia, p.3.

JASPER, Fernando. Mascarello prevê crescimento de 60%. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 set. 2006. Economia, p.2.

JASPER, Fernando. Montadoras estaduais ignoram a crise das gigantes estrangeiras. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 set. 2006. Economia, p.1.

---

## Mineradora produz feldspato no Paraná

A Ibirama Mineradora começou a produzir feldspato, utilizado na fabricação de cerâmicas, pisos, porcelanato, vidros e azulejos. O início da produção, em São José dos Pinhais, é resultado de um investimento de R\$ 27 milhões.

A Ibirama deve se tornar a maior produtora de feldspato do País, produzindo 8 mil toneladas do minério na nova unidade e 172 mil toneladas em Camboriú (SC). A empresa prevê faturamento anual de R\$ 40 milhões.

PR produzirá feldspato. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 set. 2006. p.24.

---

## Leão Júnior reformula sistema de gestão

A empresa Leão Júnior, com sede em Curitiba, aplicou em sua estrutura organizacional a profissionalização da gestão, com a saída da família da operação da empresa, que é proprietária da conhecida marca Matte Leão.

Foram criadas regras de entrada e saída da sociedade: o herdeiro que desejar sair deve oferecer suas ações primeiro para a família e, depois, para a empresa. A participação dos herdeiros foi dividida. Decisões sobre o capital são discutidas pelo conselho de sócios, e as estratégias da empresa e desempenho dos executivos pelo conselho administrativo.

A organização, que em 2005 faturou R\$ 134,4 milhões, implantou novos produtos em sua linha, como o chá verde. De janeiro a março de 2006, a Leão Júnior registrou 23% de expansão em seu faturamento.

BALARIN, Raquel. Conselho de sócios preserva memória da Leão. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 set. 2006. Eu & Investimentos, p.F3.

---

## Renault anuncia US\$ 360 milhões para São José dos Pinhais

A Renault investirá US\$ 360 milhões na fábrica de São José dos Pinhais até 2009, ano em que pretende atingir 5,9% da participação nacional e obter lucro no Brasil pela primeira vez desde sua instalação em 1996.

Os investimentos fazem parte do plano de reestruturação da empresa, anunciado no primeiro semestre, segundo o qual seriam produzidos cinco novos modelos até o ano de 2009. O novo Mégane já está sendo produzido e sua versão perua será lançada

no final de novembro. Em 2007 deverá iniciar a produção do Logan, nas versões hatch e sedan. O quinto veículo ainda não foi anunciado e deverá ser lançado somente em 2009. Para a produção dos novos modelos e a criação de um novo centro de *design* e engenharia serão contratadas 650 pessoas.

A empresa, oitava no mercado nacional, com 2,83% das vendas entre janeiro e setembro, espera produzir 78 mil automóveis em 2006, o que corresponde a 3,57% de aumento em relação a 2005.

RENAULT investirá US\$ 360 mi no Brasil. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 6 out. 2006. p.23.

BERTOLDI, Andréa. Investimentos animam funcionários da Renault. **Folha de Londrina**, 7 out. 2006. Dinheiro. p.3.

AMORIM, José A. Montadoras ampliam investimentos. **Folha de S. Paulo**, 17 out. 2006. Dinheiro, p.B6.

## Construtora paulista aposta na capital paranaense

A construtora Gafisa está iniciando atividades em Curitiba após realizar estudos de mercado no decorrer deste ano. O primeiro empreendimento na capital será um condomínio residencial, construído em um terreno que pertence à construtora paranaense Casteval, que deverá ser parceira nos projetos seguintes da Gafisa.

Espera-se um retorno de R\$ 27 milhões com as vendas.

SCHEFFER, Gafisa estréia em Curitiba com parceria. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 out. 2006. Economia, p.17.

## Positivo investe R\$ 34 milhões

O Grupo Positivo receberá financiamento de R\$ 15 milhões para a sua Editora, verba oriunda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Esse total será utilizado na ampliação da grade de produtos do grupo. O total destinado a investimentos chega a R\$ 34 milhões e distribui-se entre os três segmentos do grupo: a divisão de informática, maior montadora de computadores do País, a editora Positivo e o conjunto de escolas (que representam, respectivamente, 55%, 35% e 10% do faturamento).

O Positivo também se volta para a pesquisa, desenvolvimento e produção de livros didáticos destinados às escolas públicas dentro do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

TREVISAN, Cláudia. Cursinho vira gigante da informática. **Folha de S. Paulo**, 8 out. 2006. Dinheiro, p. B10.

TREVISAN, Cláudia. Grupo vende a prefeitura método educacional e exporta software. **Folha de S. Paulo**, 8 out.2006. Dinheiro, p.B10.

TREVISAN, Cláudia. Parceria com rede varejista impulsiona fabricante de PCs. **Folha de S. Paulo**, 8 out. 2006. Dinheiro, p.B10.

BISPO, Tainã. Positivo, de Curitiba, terá verba do BNDES. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 out. 2006. Empresas, p.B5.

## Sebrae apóia produtores de cachaça paranaenses

O Projeto Cachaças do Paraná, do Sebrae, auxilia os produtores das regiões Oeste, Sudoeste, Norte Pioneiro e Litoral.

Entre as empresas favorecidas está a Porto Morretes, que procura reintroduzir a cachaça morreteana no mercado. Com investimento de US\$ 1 milhão em equipamentos, em 2004, tem capacidade produtiva de 10 mil litros por ano. Em 2006 serão comercializados, aproximadamente, 25 mil litros de cachaça 100% orgânica. O projeto tem apoio da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

VOITCH, Guilherme. Cachaça Porto Morretes faz renascer o mito da "morreteana". **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 out. 2006. Economia, p.1.

## Racco tem destaque no setor de higiene e beleza para bebês

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec), em 2005 o setor de produtos de higiene e beleza para bebês e crianças teve faturamento de cerca de R\$ 500 milhões. O crescimento em volume e em receita, entre 1999 e 2005, foi de 60% e 150%, respectivamente.

É nesse segmento que a curitibana Racco se destaca. Para aumentar seu *mix* de produtos, a Racco investiu R\$ 25 milhões nos últimos quatro anos, e espera que sua nova linha infantil responda, em quatro anos, por 15% do seu faturamento.

BARONE, Vanessa. Mercado infantil cresce com preço mais alto. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 out. 2006. Empresas e Tecnologia, p.B4.

## Petrocrystal pretende entrar no mercado sul-americano

A PetroCrystal, empresa ligada à Expoglobe Internacional, pretende ampliar seu mercado inserindo-se na América do Sul através do Brasil. O plano de expansão mundial da empresa americana prevê um investimento de US\$ 2 milhões em uma plataforma de exportação em São José dos Pinhais, a primeira fora dos EUA.

Executivos da empresa prevêem demanda potencial brasileira de 120 milhões de litros por ano, contabilizando a mistura do produto com etanol, biodiesel, diesel, óleo combustível, entre outros. A plataforma brasileira poderá ter, inicialmente, produção anual de 30 milhões de litros.

CAPELA, Maurício. PetroCrystal estuda construir fábrica no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 out. 2006. Empresas, p.B6.

## Spaipa inicia produção de tônica *light*

Os fabricantes da Coca-Cola, que produzem também a tônica Schweppes, começaram a distribuir aos supermercados de Curitiba e Rio de Janeiro a versão *light* dessa tônica.

O mercado curitibano é um dos maiores consumidores de bebidas *light* e *diet* do Brasil. De janeiro a agosto de 2006, as vendas desse segmento em Curitiba cresceram 21,6% (e 1,9% no País), em relação a igual período do ano passado. A engarrafadora Spaipa, observando o aumento da demanda pelos produtos *light* e *diet*, está dando maior ênfase à oferta dessas bebidas, as quais, em 2004, tinham 8,6% de participação no volume de vendas da empresa e, hoje, detêm 11%.

A Spaipa, que fez a primeira Coca-Cola Light (lançada em 1997), faturou R\$ 1,048 bilhão em 2005. A Schweppes – primeira marca de refrigerantes criada no mundo – foi adquirida pela Coca-Cola em 1999.

LIMA, Marli. Schweppes entra no cardápio *light* da Coca-Cola. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 out. 2006. Empresas, p.B4.

---

## Volvo investe US\$ 50 milhões em nova linha

A Volvo do Brasil apresentou este mês, na fábrica da capital paranaense, a nova linha de caminhões pesados. Esta tem por característica mais relevante um motor de 13 litros até 5% mais econômico que o da linha anterior.

A nova linha demandou investimentos de US\$ 50 milhões.

VOLVO apresenta nova linha de caminhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 out. 2006. p.21.

---

## Suzano estuda investimento em Araucária

A Suzano Petroquímica estuda construir uma fábrica de polipropileno em Araucária. A decisão de investir depende da capacidade da Petrobrás em ampliar a oferta de gás propeno a ser produzido na Refinaria Presidente Getúlio Vargas a partir de 2009. A Petrobrás se comprometeu a fornecer 180 mil toneladas de gás por ano, mas o projeto da Suzano, para tornar-se economicamente viável, demandaria 300 mil toneladas por ano para o beneficiamento de 200 mil toneladas de polipropileno.

CARNIERI, Helena. Petroquímica pode fechar cadeia do plástico no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 out. 2006. Economia, p.25.

---

# COMÉRCIO

## Nova loja da Havan recebe investimento de R\$ 10 milhões

A rede catarinense Havan investiu R\$ 10 milhões em sua nova loja em Curitiba. Localizada no bairro Boa Vista e com aproximadamente 4 mil metros quadrados, pretende atender ao público da região norte do município e das cidades metropolitanas de Colombo e Pinhais.

Nos próximos quatro anos, a rede pretende abrir duas outras lojas na capital, além de chegar a Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa. Para este ano, é previsto um faturamento de R\$ 300 milhões, o que corresponde a um crescimento de 30% em relação ao ano passado.

CARNIERI, Helena. Havan inaugura em outubro quarta loja em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 set. 2006. p.16.

INAUGURAÇÃO. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 21 out. 2006. p.28.

---

## Erva-mate orgânica

A Tribal Brasil Organics, com sede em Curitiba, fechou contrato de lançamento de sua erva-mate orgânica no mercado nacional com a rede Pão de Açúcar. A empresa, que exporta cerca de 80% de sua produção para os EUA, já vendia seu produto a Whole Foods.

A empresa produz cerca de 100 toneladas mensais da erva orgânica, e também exporta açúcar mascavo, sal marinho não refinado e mel orgânico.

BARROS, Bettina. Depois do exterior, Tribal estréia no varejo. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 set. 2006. Empresas, p.B3.

---

## Rede de farmácias aumenta o número de lojas no Estado

A Droga Raia, rede paulista de farmácias, está expandindo sua presença no Paraná, aumentando o número de filiais de 5 para 10 lojas, todas localizadas na capital do Estado. Há também previsão de que, no início de 2007, outras duas lojas sejam instaladas em Curitiba.

A rede está implantando no Estado o antigo conceito de farmácia, uma vez que as unidades da Droga Raia vendem exclusivamente medicamentos e produtos de beleza, ao contrário das outras redes de farmácias, que são *drugstores* – fusão de farmácia com minimercado.

A empresa, que se instalou na cidade em 2003 com duas filiais, é uma das quatro maiores redes de drogarias do País, e obteve R\$ 640 milhões em faturamento em 2005.

LAUFER, Felipe. Rede paulista de farmácias dobra presença no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 set. 2006. p.19.

---

## Rede de restaurantes investe em Maringá

O grupo Puras, que controla 800 restaurantes em 216 cidades brasileiras, investiu R\$ 1,3 milhão em uma nova unidade em Maringá. O grupo tem cerca de 100 restaurantes no Paraná e pretende investir R\$ 4 milhões em novas unidades no Estado no ano de 2007.

IORE, Andye. Grupo alimentício investe R\$ 1,3 mi em Maringá. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 set. 2006. p.26.

---

## Rede de supermercados inaugura 16ª loja em Curitiba

Foi inaugurada em Curitiba a 16ª loja da rede de supermercados Condor, grupo que soma 24 lojas no Paraná. Além das tradicionais seções, contará com um setor de jardinagem e outras lojas, como farmácia e lavanderia. Foram contratados 140 funcionários para a nova loja da rede.

CONDOR abre 24ª loja. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 set. 2006. p.24.

---

## Foz do Iguaçu receberá Intercontinental

Com investimentos de R\$ 100 milhões, o grupo InterContinental construirá quatro hotéis no Brasil, um deles em Foz do Iguaçu. O projeto de expansão da maior companhia do mundo no setor hoteleiro prevê o controle de 22 hotéis no País até o ano que vem, e de 30 hotéis até 2010.

O InterContinental tem parceria com a Brascan e a Construtora São José.

As novas instalações trarão as bandeiras Holiday Inn e Holiday Inn Express.

CAMPASSI, Roberta. InterContinental fecha contratos para construção de quatro hotéis. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 set. 2006. Empresas, p.B2.

---

## Paraná prevê cerca de 10 feiras de negócios para 2007

De acordo com dados da União Brasileira dos Promotores de Feiras (Ubrafe), as feiras de negócios injetam cerca de R\$ 3,2 bilhões por ano na economia brasileira, valor gasto para organizar e participar das feiras.

Para 2007, das 127 feiras que estão programadas, dez acontecerão no Paraná.

BORDINHÃO, Andréa. Feiras de negócios movimentam economia. **Folha de Londrina**, 29 set. 2006. Economia, p.3.

---

## Casas Bahia inaugura centro de distribuição

Foi inaugurado em São José dos Pinhais o novo Centro de Distribuição das Casas Bahia. Um ano em obras e investimento de R\$ 33 milhões foram necessários para construir o depósito, com cerca de 70 mil metros quadrados e capacidade de armazenagem de 540 mil metros cúbicos, que abastecerá as 70 lojas da Região Sul. Foram admitidos 200 novos funcionários.

LAUFER, Felipe. Líder do varejo reduz previsão de faturamento. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 out. 2006. p. 23.

LAUFER, Felipe. Armazém vai atender 70 lojas do Sul. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 out. 2006. p.23.

---

## O Boticário lança projeto-piloto

A rede de lojas O Boticário iniciou seu processo de renovação. Com investimentos de R\$ 2 mil a 3 mil por metro quadrado em lojas de cinco cidades brasileiras, dentre elas Curitiba, o projeto-piloto contempla reformas arquitetônicas e nova linha de produtos.

A empresa procura aumentar seu faturamento no varejo, que chega a R\$ 2 bilhões, e na indústria, de R\$ 650 milhões.

CANÇADO, Patrícia. Boticário busca imagem sofisticada. **O Estado de S. Paulo**, 11 out. 2006. Economia, p.B19.

---

## COMÉRCIO EXTERIOR

### Projeto de desenvolvimento estratégico apresentado no Encomex

Durante o Encontro de Comércio Exterior (Encomex), realizado em setembro, foi apresentado o projeto do Arco Norte, um Planejamento de Desenvolvimento Estratégico que compreende a instalação de um aeroporto internacional de carga na região de Londrina, um novo parque industrial e a construção de duas rodovias.

O projeto, norteado por um Zoneamento Ecológico-Econômico, compreende os municípios de Apucarana, Araçongas, Cambé, Ibiporã, Londrina e Rolândia.

Segundo o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Londrina (Ippul), o aeroporto terá uma área de 2.360 alqueires, limitada pela Mata do Godoy e Ribeirão Três Bocas. Servirá como porto para início e conclusão de vôos de longa distância e será classificado como de categoria 2, pois receberá grandes cargueiros. Espera-se inaugurá-lo dentro de dois anos e meio.

ARCO Norte pode impulsionar exportações. **Folha de Londrina**, 21 set. 2006. Economia, p.4.

---

## Mexicanos importam palha de milho do Paraná

A venda de cinco toneladas de palha de milho para o México, até o fim de 2006, está representando uma alternativa de renda para pequenos produtores do município de Castro (na região dos Campos Gerais). O material, utilizado pelos mexicanos para embalar alimentos, já foi beneficiado e está pronto para ser enviado, aguardando somente o desembaraço aduaneiro.

As negociações entre a prefeitura do município e a empresa do México começaram há seis meses. O interesse por Castro surgiu porque a região é uma das maiores produtoras de milho do Brasil. Segundo a prefeitura, cerca de cem produtores se encaixam nas especificações, estando entre elas o beneficiamento manual do milho.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento já iniciou a distribuição de 20 quilos de sementes com potencial produtivo voltado a atender às exigências dos compradores mexicanos. Os municípios de Rebouças, Malet, Rio Azul e Irati também estão interessados no processo de exportação da palha de milho.

OLIVEIRA, Rosângela. Produtores de Castro enviam palha de milho para o México. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 22 out. 2006. p.24.

---

## Consilux e Oniria ganham mercado externo

A empresa curitibana de construção civil Consilux construirá 7 mil casas populares na Venezuela até 2007, com um orçamento de R\$ 216 milhões. Um segundo contrato com o governo venezuelano prevê a instalação de infra-estrutura elétrica e de trânsito por R\$ 53 milhões.

A desenvolvedora de jogos Oniria, de Londrina, prevê crescimento de 15% no faturamento deste ano, resultado do sucesso no mercado externo, onde a empresa recebe participação na venda de seus produtos. Um dos jogos da empresa ficou entre os mais vendidos na Alemanha recentemente.

CARNIERI, Helena. Empresas do Paraná aproveitam alta na exportação de serviços. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 out. 2006. Economia, p.17.

CARNIERI, Helena. Londrina vende *games* para a Alemanha. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 out. 2006. Economia, p.17.

---

## Empresas paranaenses exportarão produtos orgânicos

A rede varejista Whole Foods Market importará cerca de quarenta produtos orgânicos de seis empresas brasileiras. O pacote de comercialização foi fechado através do Projeto Organics Brasil, uma iniciativa da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPD) e da Agência de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex-Brasil), que financiará promoções dos produtos durante os dois primeiros meses nos pontos de venda.

O Projeto Organics Brasil trabalha com seis certificadoras e trinta e três empresas fornecedoras de sete estados brasileiros.

Porém, o pacote fechado com a norte-americana envolve apenas a Jasmine (*cookies*, feijão, soja, arroz, açúcar e farinha), com sede em Curitiba; a Nutritional (barra de cereais), de São José dos Pinhais; a Ecoçúcar (açúcar mascavo), de Engenheiro Beltrão, e três empresas de outros estados.

O primeiro embarque deve ocorrer entre o fim de outubro e início de novembro, chegando a vinte e quatro lojas da rede na costa oeste dos Estados Unidos.

A meta de exportação deste ano é de US\$ 21 milhões. A exportação de produtos orgânicos brasileiros poderá chegar a US\$ 250 milhões.

LOPES, Fernando. Orgânicos brasileiros no varejo americano. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 set. 2006. Agronegócios, p.B14.

ORGÂNICOS do Paraná serão vendidos nos EUA. **Folha de Londrina**, 28 set. 2006. Economia, p.4.

PRODUTOS brasileiros nos EUA. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 out. 2006. Caminhos do Campo, p.3.

---

## Avicultura: Brasil e União Européia fecham acordo

Brasil e União Européia chegaram a um acordo que altera as cotas e as alíquotas de importação de frango salgado, carne de frango cozida e carne de peru. Ao Brasil coube uma cota de 170.807 toneladas de frango salgado pagando tarifa de 15,4%; compras acima desse volume pagarão tarifa de 1.300 euros por tonelada. A cota brasileira para carne de peru é de 92.300 toneladas sujeitas à cobrança de 8,5% de alíquota; compras acima desse volume pagarão 1.024 euros por tonelada. Ao Brasil coube uma cota de 73 mil toneladas de carne de frango cozida, sujeita à alíquota de 10,9%; compras acima da cota pagarão, também, 1.024 euros por tonelada.

A Europa compra 85% da produção brasileira de carne de ave industrializada. O acordo deve entrar em vigor a partir de abril de 2007. A comissão européia de agricultura aceitou um mecanismo de certificação de exportação de origem brasileiro. O comprador europeu, ao receber a licença de importação da EU, anexará a certificação brasileira, permitindo ao Brasil saber se a compra está ou não coberta pela cota. O Brasil conseguiu, no início do ano, que a Organização Mundial do Comércio vetasse modificação na legislação que elevaria as alíquotas para 70%.

BRASIL e UE selam trato sobre tarifas para frango. **Folha de S. Paulo**, 27 out. 2006. Dinheiro, p.B9.

MOREIRA, Assis. Brasil e UE fecham acordo para carne de frango. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 out. 2006. Empresas, p.B12.

CHADE, Jamil. Acordo no comércio de frango. **O Estado de S. Paulo**, 27 out. 2007. Negócios, p.B15.

---

## INFRA-ESTRUTURA

### Copel e Eletrosul serão parceiras na construção de hidrelétrica no Paraná

A Copel, em consórcio com a Eletrosul, vai construir a usina hidrelétrica Mauá, no Rio Tibagi, entre os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira. Esse direito foi obtido no terceiro leilão de energia do governo federal, ocasião em que as companhias se comprometeram a vender a energia gerada pelo preço de R\$ 113,15 por megawatt/hora quando a usina estiver pronta, no ano de 2011. A usina terá capacidade para gerar 362 megawatts, o suficiente para alimentar uma cidade com 1 milhão de habitantes.

O valor total do investimento é estimado em R\$ 945 milhões, dos quais 60% poderão vir do BNDES e o restante ficará a cargo da Copel e da Eletrosul, que detêm participação de 51% e 49% respectivamente. O custo da usina será maior do que o valor inicialmente previsto pela Aneel, em virtude de adaptações necessárias para cumprir exigências ambientais.

BORDINHÃO, Andréa. Copel e Eletrosul vão construir Usina de Mauá. **Folha de Londrina**, 16 out. 2006. p.8.

LIMA, Marli. Copel e Eletrosul planejaram compra há um ano. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 out. 2006. Empresas, p.B8.

---

## SERVIÇOS

### Empresa de medicina diagnóstica investe no Paraná

A Diagnósticos da América S.A. (Dasa) pretende investir R\$ 20 milhões no Paraná em 2007, 25% do total previsto para o País.

Os projetos da maior empresa de medicina diagnóstica da América Latina incluem a conclusão do núcleo técnico-operacional em São José dos Pinhais e a transformação da unidade laboratorial Frischmann Aisengart, de Curitiba, em unidade de atendimento.

A Dasa faturou R\$ 577 milhões em 2005 e detém, no Estado, as marcas Frischmann Aisengart, Curitiba Santa Casa, Delboni, Auriemo e Alvaro.

LAUFER, Felipe. Dasa vai investir R\$ 20 milhões no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 set. 2006. p.25.

---

### Paraná Clínicas investe R\$ 5 milhões em unidade infantil

A Paraná Clínicas inaugurou a nova Unidade Infantil Branca de Neve, em Curitiba, com investimento de R\$ 5 milhões. O centro médico deve atender às 25 mil crianças da carteira de clientes do plano.

CARVALHO, Joyce. Paraná Clínicas inaugura nova unidade. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 22 set. 2006. p.11.

---

# ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2006

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 368	526 347	19 232
2006 <sup>(1)</sup>	14 850	27 699	1 865	60 898	175 845	2 888	28 459	577 516	20 293

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006 <sup>(1)</sup>	101 120	129 389	1 280	437 269	34 915 807	79 850	39 595	134 524	3 397

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2006

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006 <sup>(1)</sup>	576 795	770 955	1 337	198 800	4 301 851	21 639	2 425 085	10 941 954	4 512

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006 <sup>(1)</sup>	447	1 221	2 732	3 936 456	9 374 855	2 382	826 484	1 755 371	2 124

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.



TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2006

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Junho	151 796	27 435	32 579
1998	854 517	236 358	193 435	Julho	155 851	27 600	33 409
1999	957 237	198 873	229 466	Agosto	162 330	29 511	35 636
2000	1 041 412	181 113	235 315	Setembro	158 381	27 938	33 496
2001	1 121 828	197 985	263 451	Outubro	156 713	23 598	29 589
2002	1 235 681	219 350	333 951	Novembro	156 051	23 835	30 444
2003	1 344 398	219 774	359 139	Dezembro	158 021	26 836	30 761
2004	1 557 747	276 806	340 568	2006 <sup>(1)</sup>	910 946	153 316	181 375
2005	1 788 481	308 947	367 765	Janeiro	159 589	21 644	30 330
Janeiro	138 408	18 246	27 016	Fevereiro	146 023	22 502	28 110
Fevereiro	128 063	19 364	25 759	Março	162 965	25 587	28 167
Março	141 733	26 502	28 752	Abril	137 718	24 256	27 353
Abril	135 603	29 261	28 540	Maiο	153 136	31 044	35 409
Maiο	145 529	28 822	31 875	Junho	151 216	28 283	32 006

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-2006

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2002	2 448	9 752
1977	1 356	8 826	2003	3 112	10 449
1978	1 614	9 636	2004	3 147	10 619
1979	1 635	12 575	2005	811	6 444
1980	1 936	13 482	Janeiro	60	246
1981	1 954	14 105	Fevereiro	118	627
1982	1 179	6 606	Março	90	738
1983	1 079	3 345	Abril	34	749
1984	1 748	7 921	Maiο	19	686
1985	2 167	9 728	Junho	25	910
1986	2 029	10 588	Julho	53	551
1987	2 121	9 479	Agosto	54	635
1988	1 567	8 847	Setembro	69	432
1989	1 386	6 189	Outubro	100	258
1990	885	4 111	Novembro	64	303
1991	584	2 677	Dezembro	125	310
1992	593	2 893	2006	388	5 953
1993	1 038	4 475	Janeiro	62	450
1994	1 707	9 011	Fevereiro	82	484
1995	859	5 095	Março	67	633
1996	897	4 180	Abril	48	579
1997	1 296	6 062	Maiο	44	849
1998	1 380	6 025	Junho	15	822
1999	1 351	4 854	Julho	...	897
2000	1 692	6 251	Agosto	24	582
2001	2 046	8 307	Setembro	46	657

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2005

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005 <sup>(1)</sup>	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2004-2005

BLOCO/REGIÃO	PARANÁ			BRASIL		
	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)
	2004	2005		2004	2005	
Exportação	9 396 534 183	10 022 668 933	6,7	96 475 238 342	118 308 269 477	22,6
União Européia	2 676 718 284	3 118 402 012	16,5	24 160 225 116	26 493 366 323	9,7
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1 423 302 591	1 857 533 540	30,5	14 563 861 340	18 552 197 089	27,4
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1 288 856 293	1 379 202 023	7,0	20 341 292 041	22 741 381 375	11,8
Aladi (exclusive Mercosul)	750 150 261	1 127 158 279	50,3	10 787 356 237	13 702 190 590	27,0
Mercosul	830 011 051	946 408 327	14,0	8 912 110 892	11 726 093 723	31,6
Oriente Médio	843 999 471	636 604 302	-24,6	3 687 154 896	4 286 140 965	16,2
África (exclusive Oriente Médio)	330 249 472	395 414 399	19,7	4 244 927 085	5 977 269 239	40,8
Outros	1 253 246 760	561 946 051	-55,2	9 778 310 735	14 829 630 173	51,7
Importação	4 026 142 975	4 524 855 667	12,4	62 834 697 626	73 551 417 513	17,1
União Européia	1 457 300 260	1 760 052 664	20,8	15 928 193 762	18 146 178 521	13,9
África (exclusive Oriente Médio)	407 563 194	625 640 216	53,5	6 185 643 245	6 667 114 032	7,8
Mercosul	442 776 269	561 367 640	26,8	6 390 320 455	7 051 573 336	10,3
Ásia (exclusive Oriente Médio)	457 774 637	546 716 803	19,4	12 279 524 602	16 870 178 233	37,4
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	537 948 796	470 320 329	-12,6	11 530 275 293	12 850 808 012	11,5
Aladi (exclusive Mercosul)	168 514 042	191 671 436	13,7	3 636 232 422	4 515 619 949	24,2
Oriente Médio	119 988 147	89 105 877	-25,7	2 311 924 488	2 509 570 207	8,5
Outros	434 277 630	279 980 702	-35,5	4 572 583 359	4 940 375 223	8,0

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-SETEMBRO 2005-2006

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-SET 2006		JAN-SET 2005		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Complexo soja	1 559 407 403	21,11	1 782 404 347	23,94	-12,51
Farelo de soja	599 249 003	8,11	658 549 598	8,85	-9,00
Soja em grão	585 806 765	7,93	776 962 491	10,44	-24,60
Óleo de soja bruto	257 455 151	3,48	254 614 657	3,42	1,12
Óleo de soja refinado	116 327 541	1,57	92 277 601	1,24	26,06
Óleo de soja, exceto óleo bruto ou refinado	568 943	0,01	-	-	-
Material de transporte e componentes	1 535 629 728	20,78	1 810 337 886	24,32	-15,17
Motores para veículos	494 947 015	6,70	422 191 510	5,67	17,23
Automóveis	485 543 937	6,57	869 590 155	11,68	-44,16
Autopeças	163 981 494	2,22	95 894 684	1,29	71,00
Tratores	153 175 298	2,07	138 597 385	1,86	10,52
Veículos de carga	100 598 915	1,36	136 181 500	1,83	-26,13
Ônibus	76 740 459	1,04	114 053 300	1,53	-32,72
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	50 060 003	0,68	28 843 676	0,39	73,56
Helicópteros	3 900 599	0,05	1 822 784	0,02	113,99
Reboques para transporte de mercadorias	1 246 164	0,02	296 055	0,00	320,92
Pneumáticos e câmaras de ar	427 078	0,01	396 637	0,01	7,67
Trens e materiais para vias férreas	44 652	0,00	44 651	0,00	0,00
Partes e peças de aviões e helicópteros	16 135	0,00	-	-	-
Motocicletas	7 320	0,00	-	-	-
Motores e turbinas para aviação	-	-	161	0,00	-100,00
Demais materiais de transporte	4 940 659	0,07	2 425 388	0,03	103,71
Madeiras e manufaturas de madeira	830 072 939	11,23	836 699 602	11,24	-0,79
Madeira compensada ou contraplacada	302 509 647	4,09	368 527 257	4,95	-17,91
Madeira serrada	149 612 696	2,02	168 756 374	2,27	-11,34
Obras de marcenaria ou de carpintaria	109 387 488	1,48	87 352 092	1,17	25,23
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	54 841 678	0,74	54 188 183	0,73	1,21
Madeira laminada	17 106 955	0,23	17 635 978	0,24	-3,00
Demais madeiras e manufaturas de madeira	196 614 475	2,66	140 239 718	1,88	40,20
Carnes	689 428 232	9,33	941 578 760	12,65	-26,78
Carne de frango "in natura"	579 695 159	7,85	658 331 079	8,84	-11,94
Carne de frango industrializada	31 558 282	0,43	9 900 511	0,13	218,75
Carne suína "in natura"	29 801 860	0,40	141 827 799	1,90	-78,99
Carne de peru "in natura"	11 997 257	0,16	48 665 863	0,65	-75,35
Carne bovina "in natura"	9 477 356	0,13	64 027 140	0,86	-85,20
Carne bovina industrializada	892 725	0,01	775 780	0,01	15,07
Demais carnes	26 005 593	0,35	18 050 588	0,24	44,07
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	406 805 590	5,51	392 674 791	5,27	3,60
Compressores e bombas	134 088 465	1,81	159 900 578	2,15	-16,14
Refrigeradores e congeladores	42 757 921	0,58	45 366 206	0,61	-5,75
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	38 902 791	0,53	45 928 234	0,62	-15,30
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	23 448 978	0,32	17 229 598	0,23	36,10
Torneiras e válvulas	19 375 947	0,26	8 553 071	0,11	126,54
Rolamentos e engrenagens	19 031 686	0,26	21 098 973	0,28	-9,80
Aparelhos de ar-condicionado	8 361 658	0,11	7 716 721	0,10	8,36
Aparelhos para filtrar ou depurar	3 575 450	0,05	1 700 085	0,02	110,31
Computadores e acessórios	1 936 309	0,03	883 216	0,01	119,23
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	1 898 832	0,03	3 636 575	0,05	-47,79
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	1 167 487	0,02	781 776	0,01	49,34
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	374 896	0,01	186 579	0,00	100,93
Laminadores de metais	14 950	0,00	3 430	0,00	335,86
Máquinas de costura	6 750	0,00	-	-	-
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	2 099	0,00	29 534	0,00	-92,89
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	111 861 371	1,51	79 660 215	1,07	40,42

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-SETEMBRO 2005-2006

GRUPO/SUBGRUPO					conclusão
	JAN-SET 2006		JAN-SET 2005		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Cereais	316 739 432	4,29	62 097 050	0,83	410,07
Açúcar	233 127 390	3,16	174 421 271	2,34	33,66
Açúcar bruto	230 743 390	3,12	167 072 766	2,24	38,11
Açúcar refinado	2 384 000	0,03	7 348 505	0,10	-67,56
Derivados de petróleo	222 183 195	3,01	118 820 293	1,60	86,99
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	133 550 608	1,81	91 974 581	1,24	45,20
Óleos e combustíveis	53 899 598	0,73	20 224 251	0,27	166,51
Gasolina	29 818 653	0,40	3 747 560	0,05	695,68
Óleos lubrificantes	1 651 236	0,02	1 524 128	0,02	8,34
Demais derivados de petróleo	3 263 100	0,04	1 349 773	0,02	141,75
Papel e celulose	215 684 894	2,92	187 192 734	2,51	15,22
Papel	214 829 403	2,91	186 811 837	2,51	15,00
Celulose	855 491	0,01	380 897	0,01	124,60
Produtos químicos	213 122 990	2,88	175 211 503	2,35	21,64
Produtos químicos orgânicos	52 566 941	0,71	35 675 190	0,48	47,35
Plásticos e suas obras	44 189 775	0,60	37 256 715	0,50	18,61
Adubos e fertilizantes	39 718 752	0,54	42 121 691	0,57	-5,70
Produtos químicos inorgânicos	11 783 645	0,16	10 638 393	0,14	10,77
Óleos essenciais e resinóides	7 706 753	0,10	6 377 499	0,09	20,84
Extratos tanantes e tintoriais	2 077 434	0,03	1 483 715	0,02	40,02
Produtos farmacêuticos	1 421 696	0,02	1 551 538	0,02	-8,37
Demais produtos químicos	53 657 994	0,73	40 106 762	0,54	33,79
Café	177 407 894	2,40	166 023 161	2,23	6,86
Café solúvel	119 757 854	1,62	114 150 695	1,53	4,91
Café cru em grão	57 650 040	0,78	51 872 466	0,70	11,14
Outros Grupos de Produtos	988 720 696	13,38	797 570 105	10,71	23,97
<b>TOTAL</b>	<b>7 388 330 383</b>	<b>100,00</b>	<b>7 445 031 503</b>	<b>100,00</b>	<b>-0,76</b>

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-SETEMBRO 2005-2006

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-SET 2006		JAN-SET 2005		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Derivados de petróleo	928 269 673	21,86	455 692 313	13,12	103,71
Óleos brutos de petróleo	882 410 896	20,78	446 551 599	12,85	97,61
Óleos e combustíveis	25 294 742	0,60	-	-	-
Óleos lubrificantes	95 082	0,00	319 969	0,01	-70,28
Gasolina	3 646	0,00	2 664	0,00	36,86
Demais derivados de petróleo	20 465 307	0,48	8 818 081	0,25	132,08
Produtos químicos	817 864 530	19,26	666 712 876	19,19	22,67
Adbos e fertilizantes	290 622 424	6,84	274 389 416	7,90	5,92
Produtos químicos orgânicos	253 042 662	5,96	161 694 625	4,65	56,49
Plásticos e suas obras	121 973 759	2,87	110 235 283	3,17	10,65
Produtos farmacêuticos	44 928 552	1,06	30 562 632	0,88	47,00
Extratos tanantes e tintoriais	17 049 078	0,40	14 661 957	0,42	16,28
Produtos químicos inorgânicos	15 993 548	0,38	14 401 931	0,41	11,05
Produtos para fotografia	4 318 300	0,10	2 988 809	0,09	44,48
Óleos essenciais e resinóides	2 656 112	0,06	4 055 041	0,12	-34,50
Demais produtos químicos	67 280 095	1,58	53 723 182	1,55	25,23
Material de transporte e componentes	791 755 605	18,64	725 128 268	20,87	9,19
Autopeças	328 956 343	7,75	393 773 550	11,34	-16,46
Automóveis	223 635 352	5,27	35 280 087	1,02	533,89
Motores para veículos	165 659 160	3,90	227 994 891	6,56	-27,34
Pneumáticos e câmaras de ar	29 315 501	0,69	27 646 855	0,80	6,04
Helicópteros	13 112 715	0,31	14 019 178	0,40	-6,47
Trens e materiais para vias férreas	5 530 303	0,13	113 829	0,00	4 758,43
Veículos de carga	2 699 831	0,06	4 545 639	0,13	-40,61
Tratores	2 385 424	0,06	1 434 748	0,04	66,26
Partes e peças de aviões e helicópteros	597 110	0,01	528 891	0,02	12,90
Aviões	572 742	0,01	36 000	0,00	1 490,95
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	506 294	0,01	308 688	0,01	64,01
Motocicletas	350 762	0,01	11 007	0,00	3 086,72
Motores e turbinas para aviação	283 501	0,01	754 875	0,02	-62,44
Reboques para transporte de mercadorias	4 302	0,00	-	-	-
Demais materiais de transporte	18 146 265	0,43	18 680 030	0,54	-2,86
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	497 717 710	11,72	513 999 366	14,80	-3,17
Compressores e bombas	103 360 258	2,43	118 808 054	3,42	-13,00
Computadores e acessórios	69 203 882	1,63	40 930 898	1,18	69,07
Rolamentos e engrenagens	59 891 006	1,41	69 434 852	2,00	-13,75
Torneiras e válvulas	28 976 986	0,68	29 366 217	0,85	-1,33
Aparelhos para filtrar ou depurar	14 746 268	0,35	18 486 991	0,53	-20,23
Refrigeradores e congeladores	14 409 685	0,34	14 039 777	0,40	2,63
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	12 525 410	0,29	7 676 224	0,22	63,17
Aparelhos de ar-condicionado	11 954 242	0,28	24 443 168	0,70	-51,09
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	10 168 891	0,24	10 347 843	0,30	-1,73
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	5 274 667	0,12	8 472 580	0,24	-37,74
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	5 106 692	0,12	4 201 811	0,12	21,54
Máquinas de costura	951 125	0,02	619 658	0,02	53,49
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	778 495	0,02	1 075 512	0,03	-27,62
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	752 740	0,02	1 707 465	0,05	-55,91
Laminadores de metais	238 551	0,01	75 635	0,00	215,40
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	159 378 812	3,75	164 312 681	4,73	-3,00

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-SETEMBRO 2005-2006

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-SET 2006		JAN-SET 2005		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
	Materiais elétricos e eletrônicos	340 073 081	8,01	321 792 399	
Aparelhos elétricos para telefonia	43 641 788	1,03	42 396 208	1,22	2,94
Geradores e transformadores, elétricos	37 850 283	0,89	34 133 042	0,98	10,89
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	35 459 411	0,83	35 813 974	1,03	-0,99
Aparelhos transmissores e receptores	34 985 566	0,82	51 869 340	1,49	-32,55
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	10 770 926	0,25	12 582 751	0,36	-14,40
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	3 552 792	0,08	1 956 252	0,06	81,61
Demais materiais elétricos e eletrônicos	173 812 315	4,09	143 040 832	4,12	21,51
Produtos metalúrgicos	159 263 702	3,75	115 467 741	3,32	37,93
Produtos laminados planos de ferro ou aço	17 300 998	0,41	2 836 090	0,08	510,03
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	14 456 503	0,34	9 176 332	0,26	57,54
Catodos de cobre	11 248 392	0,26	4 229 366	0,12	165,96
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	6 696 950	0,16	4 915 892	0,14	36,23
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	1 364 402	0,03	880 045	0,03	55,04
Ligas de alumínio	1 010 554	0,02	3 991 936	0,11	-74,69
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	307 837	0,01	854 209	0,02	-63,96
Demais produtos metalúrgicos	106 878 066	2,52	88 583 871	2,55	20,65
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	104 230 651	2,45	112 473 087	3,24	-7,33
Papel e celulose	88 619 112	2,09	74 052 152	2,13	19,67
Papel	50 889 927	1,20	35 195 392	1,01	44,59
Celulose	37 729 185	0,89	38 856 760	1,12	-2,90
Cereais	70 021 737	1,65	44 175 327	1,27	58,51
Produtos têxteis	46 212 684	1,09	36 497 169	1,05	26,62
Confecções	23 066 083	0,54	20 180 130	0,58	14,30
Fios sintéticos ou artificiais	12 201 752	0,29	8 325 945	0,24	46,55
Tecidos de algodão	201 495	0,00	92 955	0,00	116,77
Fios de seda	86 321	0,00	-	-	-
Fios de algodão	851	0,00	292	0,00	191,44
Sisal em fibras, cordas e cabos	298	0,00	1 308	0,00	-77,22
Demais produtos têxteis	10 655 884	0,25	7 896 539	0,23	34,94
Madeiras e manufaturas de madeira	28 512 958	0,67	23 155 739	0,67	23,14
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	19 967 738	0,47	14 959 539	0,43	33,48
Madeira serrada	2 855 779	0,07	3 552 523	0,10	-19,61
Madeira laminada	1 947 395	0,05	2 361 436	0,07	-17,53
Madeira compensada ou contraplacada	133 228	0,00	105 826	0,00	25,89
Obras de marcenaria ou de carpintaria	26 658	0,00	58 807	0,00	-54,67
Demais madeiras e manufaturas de madeira	3 582 160	0,08	2 117 608	0,06	69,16
Outros Grupos de Produtos	374 771 441	8,82	384 725 986	11,07	-2,59
TOTAL	4 247 312 884	100,00	3 473 872 423	100,00	22,26

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2006

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005 <sup>(1)</sup>	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
Janeiro	536 298	397 779	138 519	7 444 156	5 257 411	2 186 744
Fevereiro	601 990	360 493	241 498	7 756 287	4 978 790	2 777 498
Março	858 948	428 177	430 770	9 250 721	5 909 056	3 341 664
Abril	896 454	372 547	523 908	9 201 549	5 331 755	3 869 794
Maio	902 353	442 957	459 395	9 818 450	6 372 220	3 446 230
Junho	921 094	406 008	515 086	10 206 064	6 173 097	4 032 967
Julho	937 866	336 049	601 816	11 061 348	6 056 796	5 004 552
Agosto	965 292	386 070	579 222	11 346 320	7 695 651	3 650 670
Setembro	824 736	343 792	480 943	10 634 464	6 315 158	4 319 305
Outubro	842 104	305 858	536 246	9 903 278	6 227 170	3 676 109
Novembro	914 250	395 739	518 511	10 789 757	6 715 369	4 074 389
Dezembro	821 284	351 703	469 580	10 895 992	6 565 426	4 330 565
2006 <sup>(1)</sup>	7 388 330	4 247 313	3 141 017	100 711 573	66 737 088	33 974 485
Janeiro	607 826	397 353	210 474	9 270 707	6 450 600	2 820 107
Fevereiro	628 929	348 838	280 090	8 750 217	5 950 415	2 799 802
Março	857 017	562 085	294 931	11 366 397	7 732 034	3 634 363
Abril	784 114	371 940	412 174	9 803 478	6 729 184	3 074 294
Maio	699 260	302 106	397 154	10 274 815	7 272 456	3 002 359
Junho	721 879	323 618	398 260	11 434 687	7 363 416	4 071 270
Julho	1 120 130	642 499	477 631	13 621 551	7 988 555	5 632 995
Agosto	1 114 474	847 068	267 407	13 641 817	9 129 241	4 512 575
Setembro	854 701	451 806	402 895	12 547 906	8 121 185	4 426 720

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-2006

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Setembro	0,23
2000	6,23	Outubro	0,41
2001	5,90	Novembro	0,32
2002	12,02	Dezembro	0,33
2003	6,46	2006	2,85
2004	10,40	Janeiro	1,21
2005	4,05	Fevereiro	0,15
Janeiro	0,52	Março	0,53
Fevereiro	0,02	Abril	0,76
Março	0,66	Maio	0,30
Abril	1,14	Junho	-0,06
Maio	0,38	Julho	0,12
Junho	-0,82	Agosto	-0,23
Julho	0,74	Setembro	0,02
Agosto	0,08		

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2006

PERÍODO	VARIACÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
2005	5,69	1,23	1,20	-0,96	6,83
Janeiro	0,58	0,33	0,39	0,08	0,75
Fevereiro	0,59	0,40	0,30	0,39	0,44
Março	0,61	0,99	0,85	1,14	0,67
Abril	0,87	0,51	0,86	0,33	0,72
Maio	0,49	-0,25	-0,22	-0,98	2,09
Junho	-0,02	-0,45	-0,44	-0,78	0,76
Julho	0,25	-0,40	-0,34	-0,69	0,11
Agosto	0,17	-0,79	-0,65	-1,04	0,02
Setembro	0,35	-0,13	-0,53	-0,28	0,24
Outubro	0,75	0,63	0,60	0,79	0,19
Novembro	0,55	0,33	0,40	0,28	0,24
Dezembro	0,36	0,07	-0,01	0,37	-0,14
2006	2,00	2,11	2,73	2,22	4,21
Janeiro	0,59	0,72	0,92	0,81	0,34
Fevereiro	0,41	-0,06	0,01	-0,12	0,19
Março	0,43	-0,45	-0,23	-0,82	0,20
Abril	0,21	0,02	-0,42	-0,15	0,36
Maio	0,10	0,38	0,38	0,46	1,32
Junho	-0,21	0,67	0,75	1,06	0,90
Julho	0,19	0,17	0,18	0,17	0,47
Agosto	0,05	0,41	0,37	0,53	0,24
Setembro	0,21	0,24	0,29	0,28	0,11
Outubro	...	...	0,47	...	...

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.



TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2006

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
2005	4 652 720	2 561 066	1,82	6 465 685	53 256	121,41	3 231 234	273 124	11,83	1 389 281	327 363	4,24
Janeiro	394 956	2 504 352	0,16	537 608	50 057	10,74	267 640	266 845	1,00	115 872	327 474	0,35
Fevereiro	386 716	2 511 715	0,15	585 022	49 647	11,78	270 417	267 203	1,01	121 246	327 396	0,37
Março	378 044	2 517 373	0,15	604 655	49 712	12,16	283 059	267 366	1,06	125 569	327 773	0,38
Abril	401 834	2 524 113	0,16	544 947	50 058	10,89	296 922	268 038	1,11	128 731	328 270	0,39
Mai	382 122	2 526 452	0,15	524 267	50 792	10,32	264 386	269 504	0,98	119 911	326 887	0,37
Junho	388 876	2 532 626	0,15	521 692	51 110	10,21	261 313	269 911	0,97	112 752	327 973	0,34
Julho	376 876	2 535 122	0,15	513 502	51 284	10,01	248 857	270 491	0,92	108 957	327 392	0,33
Agosto	383 481	2 538 356	0,15	531 752	51 606	10,30	255 235	270 952	0,94	108 105	327 865	0,33
Setembro	392 888	2 545 459	0,15	522 833	52 098	10,04	262 979	271 782	0,97	110 284	328 461	0,34
Outubro	385 733	2 551 211	0,15	522 019	52 460	9,95	264 054	272 286	0,97	108 801	327 927	0,33
Novembro	392 917	2 555 856	0,15	528 283	52 868	9,99	275 453	272 895	0,98	112 966	327 654	0,34
Dezembro	388 276	2 561 066	0,15	529 105	53 256	9,94	280 920	273 124	1,03	116 087	327 363	0,35
2006												
Janeiro	415 781	2 570 195	0,16	475 983	53 566	8,89	294 389	273 046	1,08	124 095	327 246	0,38
Fevereiro	404 829	2 576 053	0,16	502 200	53 928	9,31	301 544	272 912	1,10	133 188	326 854	0,41
Março	390 598	2 581 912	0,15	488 030	54 294	8,99	295 773	273 215	1,08	128 747	326 387	0,39
Abril	400 790	2 588 383	0,15	509 353	54 735	9,31	298 101	273 781	1,09	126 208	326 305	0,39
Mai	383 903	2 590 863	0,15	490 630	54 830	8,95	261 176	274 018	0,95	119 583	326 829	0,37
Junho	396 396	2 597 694	0,15	511 250	55 156	9,27	260 430	274 767	0,95	109 868	327 049	0,34
Julho	393 991	2 603 097	0,15	497 918	54 980	9,06	258 816	275 273	0,94	109 814	326 867	0,34
Agosto	400 899	2 610 174	0,15	520 783	54 968	9,47	285 842	276 016	1,04	111 427	326 246	0,34
Setembro	396 383	2 618 166	0,15	505 983	55 274	9,15	273 776	276 700	0,99	113 815	326 789	0,35

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2006

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
2005	703 970	7 098	99,18	564 877	3 707	152,38	22 044	581	37,94	17 029 811	3 226 195	5,28
Janeiro	58 233	6 742	8,64	47 702	3 618	13,18	1 888	573	3,29	1 423 899	3 159 661	0,45
Fevereiro	58 108	6 744	8,62	47 309	3 618	13,08	1 838	572	3,21	1 470 656	3 166 895	0,46
Março	58 109	6 751	8,61	46 112	3 623	12,73	1 919	571	3,36	1 497 467	3 173 169	0,47
Abril	58 362	6 754	8,64	49 596	3 620	13,70	2 092	572	3,66	1 482 484	3 181 425	0,47
Mai	58 496	6 764	8,65	46 287	3 634	12,74	1 815	572	3,17	1 397 284	3 184 605	0,44
Junho	58 887	6 854	8,59	47 640	3 638	13,10	1 793	574	3,12	1 392 953	3 192 686	0,44
Julho	58 711	6 931	8,47	45 229	3 653	12,38	1 687	569	2,96	1 353 819	3 195 442	0,42
Agosto	58 677	6 971	8,42	46 914	3 669	12,79	1 697	572	2,97	1 385 860	3 199 991	0,43
Setembro	58 967	6 997	8,43	46 805	3 667	12,76	1 720	574	3,00	1 396 477	3 209 038	0,44
Outubro	59 413	6 996	8,49	45 496	3 678	12,37	1 781	577	3,09	1 387 296	3 215 135	0,43
Novembro	58 566	7 051	8,30	47 878	3 688	12,98	1 886	577	3,27	1 417 939	3 220 589	0,44
Dezembro	59 450	7 098	8,38	47 908	3 707	12,92	1 931	581	3,32	1 423 676	3 226 195	0,44
2006												
Janeiro	59 530	7 180	8,29	50 703	3 713	13,66	2 043	581	3,52	1 422 524	3 235 527	0,44
Fevereiro	59 518	7 215	8,25	49 981	3 719	13,44	2 135	581	3,68	1 453 395	3 241 262	0,45
Março	59 412	7 241	8,20	47 504	3 709	12,81	2 001	583	3,43	1 412 065	3 247 341	0,43
Abril	59 661	7 263	8,21	49 197	3 714	13,25	2 031	588	3,45	1 445 341	3 254 769	0,44
Mai	59 409	7 324	8,11	49 353	3 738	13,20	1 964	589	3,33	1 366 018	3 258 191	0,42
Junho	59 422	7 372	8,06	48 482	3 753	12,92	1 820	587	3,10	1 387 668	3 266 378	0,42
Julho	59 652	7 422	8,04	46 176	3 751	12,31	1 839	588	3,13	1 368 206	3 271 978	0,42
Agosto	59 738	7 513	7,95	46 158	3 766	12,26	1 971	584	3,38	1 426 818	3 279 267	0,44
Setembro	59 929	7 611	7,87	45 330	3 783	11,98	1 978	584	3,39	1 397 194	3 288 907	0,42

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2006

PERÍODO	VENDAS (m³)			
	Óleo Combustível	Gasolina <sup>(1)</sup>	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 427	1 583 337	3 031 779	842 922
2001	409 451	1 477 085	3 228 911	819 977
2002	377 406	1 435 096	3 353 184	787 611
2003	289 030	1 480 157	3 450 076	766 226
2004	190 052	1 580 815	3 601 808	790 619
2005	166 738	1 652 970	3 518 182	805 119
Janeiro	13 075	125 718	234 481	58 485
Fevereiro	12 692	124 523	275 158	57 600
Março	14 463	137 161	358 729	63 623
Abril	13 223	131 223	306 370	63 316
Maiο	13 515	133 295	289 173	68 231
Junho	15 395	133 053	291 069	70 432
Julho	13 885	143 499	295 441	72 887
Agosto	14 652	161 808	328 343	75 267
Setembro	14 330	142 307	297 227	72 457
Outubro	13 976	129 715	287 898	68 103
Novembro	13 904	132 480	288 176	67 027
Dezembro	13 628	158 187	266 117	67 691
2006	102 683	1 079 915	2 338 528	539 621
Janeiro	12 218	132 397	246 277	58 992
Fevereiro	11 709	131 399	271 674	57 054
Março	15 368	141 531	345 202	69 472
Abril	12 510	135 684	287 470	63 335
Maiο	14 842	137 108	282 003	76 398
Junho	11 414	130 724	281 041	70 426
Julho	12 615	130 068	294 500	70 874
Agosto	12 007	140 903	330 361	73 069

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ – 2000-2006

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)													
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	maio/05	jun/05	jul/05	ago/05
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	99,15	90,96	101,9	94,41	103,08	115,18	108,52	103,50
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	111,82	92,41	110,81	101,73	97,83	97,26	105,52	96,10
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	112,03	91,81	110,17	100,99	97,05	96,47	104,72	95,06
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	86,03	79,67	93,68	110,86	114,29	98,95	119,34	99,78
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	129,78	115,2	131,36	131,83	149,6	144,52	142,93	144,46
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	100,00	106,49	117,25	99,44	102,75	120,47	110,57	121,59	120,86	116,44	121,33
Livros, jornais, revistas e papelaria	...	...	...	100,00	86,81	86,80	100,53	136,19	98,79	78,73	69,48	65,58	77,28	99,53
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	100,00	97,82	173,86	69,72	155,59	173,65	172,54	162,44	192,01	163,72	196,92
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	100,00	114,68	130,80	97,88	104,52	140,44	112,03	129,4	124,71	122,90	123,69
COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	107,67	95,11	111,57	105,49	108,22	107,71	112,53	105,64

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)													
	set/05	out/05	nov/05	dez/05	2006	jan/06	fev/06	mar/06	abr/06	maio/06	jun/06	jul/06	ago/06	
Combustíveis e lubrificantes	100,76	100,71	100,19	101,07	84,57	88,57	82,11	86,22	82,02	82,51	82,43	82,91	89,81	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	95,99	104,85	97,92	131,77	105,43	92,34	99,44	108,44	113,57	106,37	106,69	109,29	107,27	
Hipermercados e supermercados	94,95	103,74	96,67	130,49	104,47	91,32	98,64	107,49	112,67	105,42	105,76	108,27	106,16	
Tecidos, vestuário e calçados	103,18	96,61	100,64	197,05	99,30	97,41	77,97	85,42	104,77	126,92	98,38	101,73	101,76	
Móveis e eletrodomésticos	134,52	147,86	146,96	237,52	149,26	152,51	118,79	156,32	140,11	170,88	147,91	148,51	159,04	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	111,85	117,16	119,60	144,97	121,62	117,08	108,47	131,23	113,11	126,11	127,82	119,70	129,41	
Livros, jornais, revistas e papelaria	75,43	68,81	64,26	106,94	88,49	103,09	106,77	98,47	79,07	77,74	66,62	77,46	98,72	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	172,72	204,58	182,97	239,43	242,61	179,19	215,71	249,79	206,76	240,19	299,45	240,69	309,08	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	115,10	130,92	131,47	236,49	136,67	116,31	113,60	133,43	157,15	151,30	134,76	136,00	150,83	
COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL	103,22	109,56	106,15	149,50	108,41	101,31	98,04	110,11	111,96	114,3	108,63	110,06	112,86	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2006

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) <sup>(2)</sup>																	
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	jan/05	fev/05	mar/05
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	109,2	105,4	118,9
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	88,9	81,7	100,0
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	100,5	103,5	113,6
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	124,0	108,0	137,1
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	100,8	103,6	106,9
Edição, impressão e reprodução de gravações	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,0	133,5	186,5	190,7	256,5	177,7	181,0
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	90,4	70,5	89,7
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	59,3	71,5	65,0
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	80,7	87,7	92,2
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	87,6	90,4	99,6
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	92,9	93,5	105,2
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	128,6	153,8	145,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	94,6	103,5	107,4
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	177,2	190,8	228,4
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	78,2	76,7	95,4

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) <sup>(2)</sup>																	
	abr/05	maio/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	2006	jan/06	fev/06	mar/06	abr/06	maio/06	jun/06	jul/06	ago/06
Indústria de transformação	114,6	121,4	120,3	116,7	129,0	130,1	123,8	114,4	110,6	113,4	102,3	97,6	115,3	107,4	122,6	118,9	115,3	128,2
Alimentos	107,3	118,1	116,3	119,0	125,2	115,4	103,5	101,1	96,3	112,3	88,1	81,2	104,8	103,9	125,5	127,1	130,9	137,0
Bebidas	108,0	91,4	88,8	72,1	101,8	104,9	109,3	120,8	157,2	111,9	124,7	118,1	124,1	109,4	100,6	96,8	95,7	125,9
Madeira	123,0	121,2	123,7	111,5	113,9	115,9	102,9	112,9	97,0	104,7	111,9	102,0	111,1	111,0	104,4	104,2	97,2	96,1
Celulose, papel e produtos de papel	109,5	118,5	113,3	116,3	114,6	113,0	115,7	118,5	121,7	113,7	116,8	105,9	120,8	114,6	117,3	97,3	118,0	119,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	128,1	183,3	172,4	141,9	210,4	216,5	199,6	192,9	227,6	171,9	203,7	113,7	154,5	161,9	200,1	209,9	163,1	168,4
Refino de petróleo e álcool	95,0	100,3	101,1	102,8	115,1	103,1	106,1	88,4	91,4	97,6	91,1	87,0	83,0	88,0	106,6	104,3	111,5	109,1
Outros produtos químicos	44,6	57,2	55,2	80,0	115,8	121,3	127,0	73,3	46,2	63,2	53,7	66,8	53,4	47,2	47,3	52,5	66,6	118,2
Borracha e plástico	93,6	100,3	98,8	95,1	99,5	96,3	102,7	105,5	101,0	107,1	104,1	100,7	112,1	96,8	115,0	103,6	106,0	118,8
Minerais não metálicos	95,7	95,0	95,7	97,7	96,2	92,7	91,3	95,6	97,1	89,2	89,1	78,9	93,1	81,1	95,9	94,5	85,0	96,5
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	107,5	104,3	101,3	100,1	109,6	103,9	101,4	108,7	90,2	102,0	90,6	100,7	122,5	92,7	101,3	103,3	99,6	105,3
Máquinas e equipamentos	122,0	134,0	112,1	102,6	109,1	112,3	119,5	113,5	119,5	119,5	122,0	108,4	123,6	113,1	126,9	125,0	111,8	125,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	94,4	107,2	106,3	114,7	112,5	136,8	123,7	131,3	141,8	114,5	112,0	107,3	130,3	102,4	123,8	114,0	115,4	110,9
Veículos automotores	230,6	215,3	239,6	207,7	227,0	270,6	234,1	189,8	158,5	176,8	117,5	159,9	217,8	181,3	207,9	190,9	147,7	191,6
Mobiliário	89,9	93,6	86,4	82,7	87,7	84,1	87,9	97,3	98,7	81,7	75,1	68,7	85,4	74,7	89,6	76,7	81,7	101,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2006

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	2001	2002	2003	2004	2005	Jan/05	Fev/05	Mar/05	Abr/05	Mai/05	Jun/05	Jul/05	Ago/05	
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	108,3	108,4	108,9	109,6	110,9	109,5	108,4	108,1	
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	78,4	76,0	77,5	76,8	76,2	73,8	73,3	71,4	
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	108,7	108,8	109,3	110,0	111,3	110,0	108,9	108,5	
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	138,4	139,4	139,8	143,4	145,1	146,6	146,9	148,5	
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	111,3	214,2	333,0	420,1	408,5	91,8	89,9	88,0	
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	93,1	93,6	93,6	94,2	94,6	93,1	93,1	92,1	
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	148,1	145,5	143,8	143,1	147,0	148,4	145,4	142,4	
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	80,8	81,1	82,2	79,2	87,1	91,9	89,8	88,7	
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	77,4	78,1	77,7	73,8	72,1	67,4	65,0	64,8	
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	117,1	116,2	116,6	117,8	119,0	117,6	117,3	117,6	
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	149,1	142,6	152,4	211,1	251,4	250,7	237,8	227,3	
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	83,7	83,4	83,3	83,4	83,3	82,8	82,1	81,6	
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	90,1	91,6	91,5	91,1	92,9	93,2	93,9	94,9	
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	124,0	122,4	121,7	122,4	123,3	120,9	117,1	120,8	
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	86,2	83,6	83,5	83,0	82,3	81,1	81,7	79,4	
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	97,6	97,7	98,8	96,0	98,3	97,6	98,8	99,5	
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	138,6	141,0	141,7	141,2	141,3	142,3	139,9	134,4	
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	90,6	93,6	94,9	99,0	99,1	97,4	96,9	95,5	
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	111,4	113,1	113,4	113,5	113,7	113,3	112,8	112,1	
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	68,5	67,2	69,6	69,4	68,4	64,1	63,7	64,0	

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	Set/05	Out/05	Nov/05	Dez/05	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06	Jul/06	Ago/06	
Indústria geral	107,9	107,0	106,9	104,9	105,9	104,9	104,9	105,2	105,8	106,3	107,2	107,1	106,2	
Indústrias extrativas	74,0	73,7	72,4	71,1	74,6	72,0	73,8	73,8	73,7	76,1	75,6	75,8	76,2	
Indústria de transformação	108,3	107,5	107,4	105,4	106,3	105,3	105,3	105,6	106,2	106,6	107,5	107,5	106,6	
Alimentos e bebidas	149,2	149,5	151,9	151,0	149,2	148,2	149,5	148,6	148,7	149,1	150,9	150,3	148,0	
Fumo	88,5	88,5	90,8	87,6	216,8	109,1	310,2	411,0	414,9	219,6	97,2	87,1	85,4	
Têxtil	92,5	92,7	91,2	92,7	98,6	97,3	98,7	98,0	99,2	100,1	99,8	97,6	98,4	
Vestuário	140,5	139,1	139,6	133,9	132,0	131,5	133,3	132,2	131,0	131,1	132,6	133,9	130,5	
Calçados e couro	89,9	92,1	93,1	92,0	95,8	89,7	91,3	94,1	95,5	93,8	95,2	103,5	103,2	
Madeira	63,4	62,4	60,9	59,2	58,5	59,9	57,9	58,2	58,0	59,0	60,1	58,8	56,3	
Papel e gráfica	118,7	116,2	115,7	114,0	117,9	114,5	114,9	115,3	116,4	120,0	120,4	120,8	121,2	
Refino de petróleo e combustíveis	219,5	169,5	157,9	148,1	215,2	145,7	140,4	181,9	216,1	254,8	256,5	262,5	263,7	
Produtos químicos	83,0	84,0	83,4	81,4	90,2	87,7	87,7	92,0	91,1	88,2	90,1	91,4	93,4	
Borracha e plástico	94,6	94,6	94,5	90,7	91,3	91,2	90,0	91,0	90,8	90,2	91,7	93,1	92,0	
Minerais não-metálicos	118,2	117,6	116,3	114,3	113,6	115,5	115,0	114,5	113,7	112,6	111,9	111,3	113,9	
Metalurgia básica	80,4	80,5	79,6	75,7	74,2	75,1	76,3	77,3	74,9	73,8	73,4	72,1	70,6	
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	102,4	103,8	102,0	100,4	102,8	101,4	103,2	102,5	104,1	102,6	104,5	102,7	101,2	
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	132,8	132,3	131,4	130,0	125,4	130,2	128,8	123,0	123,6	123,7	124,5	124,4	125,3	
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	96,8	98,4	97,8	94,2	93,9	95,1	94,9	94,0	93,5	94,3	93,1	93,1	93,2	
Fabricação de meios de transporte	111,4	111,2	111,9	112,0	112,6	112,6	112,4	111,7	113,0	113,0	113,0	112,6	112,7	
Fabricação de outros produtos	64,0	64,2	65,7	64,3	62,5	62,9	61,6	61,8	62,8	62,0	62,7	63,1	63,1	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ<sup>(1)</sup> - 1995-2006

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
Janeiro	987	300	1 252	2 911	-2 251	1	3 200
Fevereiro	1 732	414	1 498	5 713	-210	-	9 147
Março	5 709	434	1 826	4 788	2 772	-	15 529
Abril	12 495	274	2 934	3 118	5 257	-	24 078
Maiο	4 070	939	2 528	4 093	4 044	-	15 674
Junho	143	-16	2 038	3 856	929	-	6 950
Julho	251	23	1 856	2 424	76	1	4 631
Agosto	2 398	711	2 847	4 585	-222	-	10 319
Setembro	2 410	-16	2 599	1 512	-330	-	6 175
Outubro	-4 511	278	2 382	2 322	-1 445	1	-973
Novembro	-2 571	259	4 505	1 613	-4 332	1	-525
Dezembro	-8 278	-1 509	-1 082	-5 712	-5 250	-	-21 831
2006	33 156	7 156	12 694	31 797	9 275	-	94 078
Janeiro	2 532	2 080	219	1 901	132	-	6 864
Fevereiro	4 774	709	1 866	7 199	53	-	14 601
Março	5 113	243	-460	3 345	1 794	-	10 035
Abril	7 870	462	2 728	4 421	4 849	-	20 330
Maiο	2 894	1 903	2 550	3 673	2 448	-	13 468
Junho	2 387	-366	-15	2 277	326	-	4 609
Julho	2 528	660	1 122	2 052	637	-	6 999
Agosto	1 896	609	1 677	3 446	-370	-	7 258
Setembro	3 162	856	3 007	3 483	-594	-	9 914

FONTE: CAGED - MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2002-2006

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) <sup>(1)</sup>
2002	
Dezembro	6,4
2003	
Janeiro	7,8
Fevereiro	9,0
Março	10,0
Abril	9,6
Maiο	10,2
Junho	10,2
Julho	10,3
Agosto	8,4
Setembro	8,4
Outubro	8,5
Novembro	8,0
Dezembro	6,5
2004	
Janeiro	7,1
Fevereiro	7,5
Março	8,9
Abril	8,2
Maiο	8,4
Junho	8,7
Julho	8,9
Agosto	8,2
Setembro	7,9
Outubro	8,4
Novembro	8,0
Dezembro	7,2
2005	
Janeiro	7,7
Fevereiro	8,7
Março	8,5
Abril	8,2
Maiο	8,1
Junho	7,9
Julho	7,6
Agosto	7,6
Setembro	7,0
Outubro	6,5
Novembro	5,1
Dezembro	5,5
2006	
Janeiro	7,2
Fevereiro	7,9
Março	8,2
Abril	8,7
Maiο	7,6
Junho	6,8
Julho	6,7
Agosto	6,4

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.



TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2005

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) <sup>(1)</sup>	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) <sup>(1)</sup>	Varição Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002	81 449	1,70	1 346 028	1,93
2003	99 000	5,20	1 556 182	0,54
2004 <sup>(2)</sup>	108 207	2,40	1 766 621	4,94
2005 <sup>(2)</sup>	...	0,3	1 937 598	2,28

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Preços correntes.

(2) Estimativa, no caso do Paraná.